

Índice

1.- Nota introdutória.....	3
1.1. - Notas sobre a evolução da situação Internacional.....	3
1.2. - Notas sobre a evolução da situação nacional.....	4
2. Evolução da situação económica e social da região do Algarve.....	5
2.1. Turismo	7
2.2. Comércio.....	9
2.3. Sector Agrícola.....	10
2.4. Sector das Pescas	11
2.5. Sector Industrial	12
2.6. Tecido empresarial	13
2.7. Habitação	14
2.8. Transportes	14
2.9. Ambiente	16
2.10. Saúde.....	18
2.11. Educação	19
2.12. Cultura.....	21
2.13. Justiça.....	22
2.14. Poder Local	23
3. Luta, organizações e movimentos de massas	25
3.1.- A luta dos trabalhadores.....	25
3.2.- Papel e intervenção do Movimento Sindical Unitário.....	26
3.3.- A luta e as organizações de mulheres	27
3.4.- A luta e as organizações de reformados	27
3.5.- A luta e as organizações de juventude	27
3.6.- A luta e as organizações das pessoas com deficiência	28
3.7.- Movimento Associativo Popular.....	28
3.8.- A luta e as organizações de agricultores	29
3.9.- A luta das populações em defesa dos serviços públicos	29
3.10.- A luta pela paz, pela liberdade e democracia.....	30
3.11.- Batalhas e resultados eleitorais	30
4. O Partido	31
4.1. Trabalho de direcção e quadros.....	31
4.2. Breve balanço da actividade	32
4.3. Organização e quadro partidário	33
4.4. Iniciativa política, acção partidária e ligação às massas	35

4.5. Informação e Propaganda.....	35
4.6. Meios financeiros e património.....	36
4.7. Festa do Avante!.....	37
4.8. Principais tarefas e objectivos orgânicos a desenvolver	37
5. Aos trabalhadores e populações do Algarve	40

1.- Nota introdutória

Ao longo dos últimos anos o Partido foi chamado a responder a um intenso e diversificado conjunto de tarefas na região do Algarve, indissociáveis da luta pela concretização de uma política alternativa, uma política patriótica e de esquerda, que por sua vez se insere na luta por uma Democracia Avançada, pelo Socialismo e pelo Comunismo.

Passaram 4 anos desde a realização da última Assembleia de Organização. Um período que ainda foi marcado pela defesa, conquista, reposição de direitos, inseparável da luta de massas e da intervenção do PCP mas também, pelas opções de classe do PS e a sua determinação em recusar soluções para o País, precipitando eleições como desejava o Presidente da República, e alcançando uma maioria absoluta cuja acção se está identificada com os interesses do grande capital.

Neste período, o Partido enfrentou também os impactos da pandemia de Covid-19, num quadro em que procurou intensificar a sua intervenção nas empresas e locais de trabalho, no trabalho local e na preparação e realização de importantes actos eleitorais, no reforço da organização do Partido. As comemorações do centenário do Partido, a preparação das diferentes edições da Festa do Avante!, a luta na defesa de direitos, liberdades e garantias face aos impactos da pandemia, a intervenção contra o aumento do custo de vida, a resposta aos problemas concretos que afectaram a região e o País, marcaram igualmente a intervenção do Partido no distrito.

Um período em que o Partido enfrentou e teve que resistir à intensificação da ofensiva anti-democrática e reaccionária, com uma forte componente anti-comunista. Toda esta realidade, não deixou no entanto de revelar potencialidades para crescer e avançar, tal como tornou mais evidente a necessidade de intensificar as medidas de reforço da organização, designadamente, o conjunto de orientações e medidas aprovadas no XXI Congresso do PCP, realizado no final de 2020 e desenvolvidas pela Conferência Nacional “Tomar a iniciativa. Reforçar o Partido. Responder às novas exigências” que se realizou em Novembro de 2022.

A 10ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP tem como objectivo fazer uma avaliação da evolução da situação política, económica e social da região, da organização e intervenção do Partido, bem como eleger uma nova Direcção da Organização Regional e apontar as tarefas que, em diversos planos, se colocam ao Partido e aos seus militantes.

1.1. - Notas sobre a evolução da situação Internacional

A evolução da situação internacional confirma aspectos centrais da análise do XXI Congresso do PCP. Em resultado da investida exploradora e agressiva do imperialismo, a situação internacional é marcada por um sério e perigoso agravamento, por uma grande instabilidade e incerteza e por rápidos desenvolvimentos.

Contando com o alinhamento dos seus aliados, particularmente da NATO e da União Europeia, os Estados Unidos da América intensificam a sua estratégia de imposição de domínio hegemónico global, levando-a um patamar qualitativamente novo e ainda mais grave.

Do Médio Oriente à América Latina, de África à Europa e à Ásia, os EUA, com o apoio dos seus aliados, prosseguem a sua política de ingerência, ameaça, chantagem e agressão, de imposição de sanções e bloqueios, de tentativa de isolamento político e económico de países, visando impedir opções soberanas de desenvolvimento e de relacionamento internacional e o controlo das suas riquezas, como contra os povos da Palestina, da Síria, do Irão, do Iémen, do Líbano, de Cuba, da Nicarágua, da Venezuela, do Mali ou da Etiópia, entre muitos outros.

Face ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e à agudização das suas contradições, o grande capital não encontra outra resposta que não a intensificação da exploração, do ataque aos direitos, da crescente acumulação e concentração capitalista, da imposição do seu domínio económico e político, lançando sobre os trabalhadores e os povos os custos de uma crise que não consegue superar.

É neste contexto que se verifica o preocupante agravamento da situação na Europa e da guerra na Ucrânia. Apresentada como sendo entre a Rússia e a Ucrânia, é de facto uma guerra não declarada dos EUA e da NATO à Rússia, inserida na estratégia de hegemonização do imperialismo norte-americano, em que a Ucrânia, e o poder ali instalado, são usados como instrumento dessa perigosa acção provocatória.

O PCP reafirma que está do lado da paz e da defesa de uma solução política para o conflito. O PCP condena a escalada de guerra e militarismo em curso, contrária aos interesses dos trabalhadores e dos povos, e alerta para os sérios perigos que uma tal escalada comporta, nomeadamente para outros patamares de confrontação mais globais.

Se hoje são alarmantes vários perigos e ameaças, entre eles a deriva reaccionária e fascizante, tal cenário não apaga a luta desenvolvida pelos trabalhadores e pelos povos em defesa de melhores condições de vida, da liberdade, da democracia, da paz, do direito à independência e soberania. Tal como não apaga o papel insubstituível dos partidos comunistas e da convergência dos democratas e patriotas na luta contra o imperialismo e por profundas transformações de carácter progressista e revolucionário

1.2. - Notas sobre a evolução da situação nacional

Portugal é fortemente afectado pelos desenvolvimentos negativos no plano internacional, cujas consequências se reflectem na vida do País.

O quadro político nacional que é marcado pela maioria absoluta do PS, onde emerge o seu compromisso com os interesses do grande capital, e pela promoção e expressão de projectos e forças reaccionárias. Um quadro institucional mais desfavorável à afirmação de uma política alternativa para o País, por contraponto ao aprofundamento da política de direita na qual os centros de decisão do grande capital estão empenhados. Uma situação onde se desenvolvem, nos planos político, económico, social e ideológico, o ataque às condições de vida e aos direitos dos trabalhadores e do povo, uma ofensiva anti-democrática com uma forte componente anti-comunista, uma acção revanchista e novas ameaças ao regime democrático e à Constituição da República (quando está em curso um processo de revisão constitucional que se projectará para 2023), o aprofundamento da dependência e submissão externa do País e o seu amarramento à estratégia do imperialismo norte-americano, da NATO e da UE.

Uma situação que é inseparável de décadas de governos PS, PSD e CDS comprometidos com o grande capital que empurraram Portugal para uma crise prolongada, com estagnação económica, aumento da exploração dos trabalhadores e fortes impactos negativos em termos sociais, na participação política, na vida cultural, no plano ambiental, na dependência externa, na soberania e no próprio regime democrático.

A evolução da situação nacional traduz as consequências da política de direita que foi imposta ao longo das últimas décadas, que limitam as possibilidades de desenvolvimento e aprofundam desigualdades, injustiças e a dependência externa, a que se soma o aproveitamento que o grande capital fez e faz da pandemia de Covid-19, bem como da guerra e das sanções que estão a ser

promovidas. Uma situação em que se continuam a expressar elementos resultantes da defesa, reposição e conquista de direitos, alcançados pela luta dos trabalhadores e das populações e pela intervenção do PCP entre 2015 e 2021, mas que está cada vez mais marcada por crescentes dificuldades no plano económico e social.

O aumento do custo de vida, a degradação dos serviços públicos, a intensificação da exploração e da especulação por parte dos grupos económicos – que têm hoje a vida mais facilitada –, o aumento das taxas de juro, está a traduzir-se no agravamento das desigualdades, injustiças e dependências do País. A luta pelo aumento dos salários e das pensões, pela regulação dos preços e combate à especulação, pela defesa dos serviços públicos, pela promoção da produção nacional, pelos apoios aos pequenos e médios empresários, agricultores e pescadores, por mais justiça fiscal, pela recuperação do controlo público dos sectores estratégicos da economia, por um País soberano e desenvolvido, pela liberdade e a democracia, constituem necessidades incontornáveis da luta pelo desenvolvimento do País, pelos valores de Abril no futuro de Portugal.

A actual situação do País, com os seus problemas e constrangimentos, continuam a reclamar uma política alternativa que confronta quer a maioria absoluta do PS, quer as forças e projectos reaccionários. Uma política patriótica e de esquerda, cuja concretização se insere no cumprimento da Constituição da República e impõe o reforço do Partido e a intensificação da luta de massas.

2. Evolução da situação económica e social da região do Algarve

Sendo irregular o percurso que envolveu o período que decorreu desde a última Assembleia de Organização, o traço mais significativo que sobressai é a enorme fragilidade do tecido económico regional face aos impactos, crises e aproveitamentos que marcaram estes 4 anos e que traduzem as consequências de um desenvolvimento anárquico das forças produtivas, a excessiva dependência (cada vez mais agravada) de um único sector económico (o Turismo), a desvalorização das actividades produtivas, a fragilização dos serviços e do investimento público, a aposta num modelo de baixos salários e precariedade, o domínio do grande capital sobre os principais sectores económicos na região. No espaço de uma década, primeiro com a concretização dos PEC's e do Pacto de Agressão das Troikas, depois com os impactos e aproveitamentos resultantes da pandemia, a região do Algarve, já fragilizada por décadas de política de direita, foi sacudida por duas violentas crises que se traduziram, mais do que em qualquer outra região do País, em quebras significativas do PIB, do emprego, dos salários e no aumento das falências, da pobreza e de outros flagelos sociais.

A degradação da situação económica e social que se verifica no final de 2022, resultante dos impactos e aproveitamento da guerra e das sanções, fazem novamente temer pelo futuro da região, uma vez que as suas principais fragilidades não só não foram corrigidas como se têm vindo a aprofundar.

A análise da evolução em volume do **PIB regionalizado**, disponibilizada pelo INE até 2020, permite-nos confirmar que a região do Algarve é aquela onde o impacto da crise económica e financeira, que eclodiu no 2º semestre de 2007 e a pandemia, que teve a maior incidência em 2020, mais se fizeram sentir no nosso país. Entre 2008 e 2020 esta região viu cair o PIB regional 10,7%, enquanto o PIB nacional caiu 3,3%. Tão grandes disparidades nos ritmos de crescimento da economia nacional e da região do Algarve, bem ilustrados no facto de em 2020, ano de maior incidência da pandemia sobre a nossa economia, o PIB nacional ter caído 8,4% enquanto o PIB da região algarvia caía 16,7%, encontram justificação no facto de um dos principais motores da actividade económica ser o sector do turismo, que na região do Algarve é dominante.

Tal observação, não anula aspectos contraditórios na evolução da situação regional, como seja o **aumento da população** residente num quadro em que se verificou uma perda de população na última década em termos nacionais. Tal como se registou na área metropolitana de Lisboa, o Algarve também viu aumentar a sua população na última década em 3,7% (+16 469 residentes), fixando-se no final de 2021 em 467.475 habitantes. Embora a região tenha registado globalmente um aumento da população, em cinco dos seus 16 municípios essa tendência foi contrariada nos concelhos de Alcoutim, Monchique, Castro Marim, Olhão e Vila Real de Santo António, concelhos que se situam ou no interior da região ou no sotavento algarvio. Destaca-se neste âmbito o aumento da população estrangeira acima da média nacional.

A **população empregada** tendo oscilado bastante ao longo destes anos, acabou por se manter inalterável entre 2010 e 2020, cerca de 208 mil empregos, valores que naturalmente não incluem o trabalho ilegal, clandestino ou não declarado que continua a marcar negativamente a região. Neste período, em termos absolutos a maior criação de empregos, cerca de 11 mil, foi de empregos por conta própria (que em muitos casos representa de facto trabalho assalariado), aumentando desta forma o peso do trabalho precário e sazonal no total do emprego existente nesta região. Da análise da evolução da população empregada por actividade principal constata-se que a grande destruição do emprego no Algarve entre 2010 e 2020 se deu fundamentalmente no sector da construção civil que perdeu 13,7% do emprego (menos 3 244 postos de trabalho), no sector da indústria transformadora que perdeu 13,0% do emprego (menos 1 035 postos de trabalho). Em contrapartida, nos últimos 10 anos a região algarvia acentuou a sua dependência em relação à actividade turística tendo aumentado em 28% o emprego neste sector (mais 9.499 postos de trabalho). Este sector emprega hoje directamente 43.392 trabalhadores no Algarve e é o principal empregador da região, representando 22,1% do emprego. A composição da população empregada também se alterou em termos de origem e nacionalidade dos trabalhadores, tendo aumentado significativamente o número de trabalhadores imigrantes com origens diversas com destaque para os provenientes do Brasil ou de países africanos e asiáticos.

Revelador da desvalorização do papel das actividades produtivas na região é o facto de em 2008 as actividades produtivas (Agricultura, Silvicultura e Pesca, Indústria, Electricidade, Água, Gás e Saneamento e Construção) ainda absorverem 31%, do emprego total da região, enquanto agora essa percentagem é apenas de 22,0% em 2021. E dentro das actividades produtivas, destaque para uma quebra ainda mais acentuada das actividades industriais, face ao sector agrícola incluindo a produção animal, a caça e a floresta, que emprega hoje mais trabalhadores (12.185 em 2021).

A evolução do **desemprego** acompanhou a evolução da actividade económica na região. Em 2021, enquanto a taxa de desemprego e a taxa de subutilização do trabalho em Portugal se fixavam respectivamente em 6,6% e 12,5%, já na região do Algarve essas taxas foram de 8,2% e 13,9%, o que corresponde a um desemprego em sentido restrito de 18.300 trabalhadores e a um desemprego real que atingia em 2021 cerca de 32.100 trabalhadores.

A par da análise sobre a evolução do desemprego tem particular importância avaliar o tipo de contratos de trabalho entretanto celebrados. A dimensão da **precariedade das relações laborais** no Algarve é a maior em todo o País, com cerca de 30% dos vínculos precários face a 22% na média nacional, em relação aos novos contratos de trabalho estabelecidos. Apesar da informação disponível não traduzir a realidade em toda a sua extensão, a verdade é que tem vindo a consolidar-se o número de trabalhadores que circula entre o desemprego e contratos de trabalho de natureza precária, o número de contratos de trabalho de curta ou muito curta duração, a utilização intensiva de estagiários

ou de empresas de trabalho temporário, como é o caso do comércio e da hotelaria. Mais do que em qualquer outra região do país, o período que vai de Novembro a Abril constitui para largos milhares de trabalhadores um longo período de desemprego, em muitos casos sem qualquer tipo de rendimento.

Inseparável da profunda recessão económica que a região viveu em dois períodos nos últimos 15 anos é a **quebra vertiginosa do poder de compra no plano regional** que em 2020 é ainda consideravelmente inferior ao de 2007 (menos 10,7 pontos percentuais do PIB per capita em paridades de poder de compra comparativamente com a média da UE 27).

A **evolução dos salários** é também reveladora do modelo económico e social que tem sido imposto ao Algarve. De acordo com os inquéritos aos ganhos e à duração do trabalho realizado pelo Ministério da Economia, entre 2010 e 2020, o ganho médio bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo na região do Algarve passou de 974,00€ em 2010 para 1070,96€ em 2020. Uma subida nominal de 97 euros em dez anos. Retirada a inflação de 9,2% registada nesse período, o ganho médio bruto salarial mensal, em termos reais, foi de apenas 7,4 euros (+0,7%). Uma realidade que não exprime a redução do valor real dos salários, na medida em que não envolve outros rendimentos dos trabalhadores, nem o alargamento da jornada de trabalho e o número de horas de trabalho não pago, e que, sendo um valor médio, encobre uma larguíssima camada de trabalhadores cujos rendimentos se fixam no salário mínimo nacional ou em valores muito próximos. A situação mais grave ao nível da evolução salarial verificou-se no entanto no sector que registou o maior aumento no emprego, o sector do alojamento, restauração e similares. Neste sector, o ganho médio bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem passou de 948,24€ em 2010 para 987,99 € em 2020, ou seja, uma queda em termos reais de 47,5€ por mês. Nos últimos meses, com um contexto de inflação galopante (que se fixará acima dos 8% no final de 2022) e face à recusa do governo PS e do grande patronato em aumentar salários recuperando o poder de compra entretanto perdido, a desvalorização do valor real dos salários tende a ser ainda maior aprofundando as injustiças, a exploração e o empobrecimento.

2.1. Turismo

O papel do **turismo** na economia nacional tem-se vindo a destacar nos últimos anos. A Região do Algarve é o maior destino turístico nacional representando cerca de um terço das dormidas, dos proveitos e do emprego.

Partindo de uma realidade sólida, a partir das características e condições únicas que possui, mas simultaneamente de uma aposta neste sector - fundos comunitários e outros apoios públicos, legislação laboral, isenções fiscais, etc - o Algarve está a caminho de registar em 2022 o melhor ano turístico de sempre ultrapassando 2019. É de referir, o progressivo alargamento a diversos subsectores na área do turismo - golfe, turismo residencial, turismo de saúde, turismo de natureza, eventos, entre outros - têm vindo a ganhar cada vez mais relevo na região mas, continua a ser a vertente “Sol e Praia” o principal enfoque da actividade turística na região. Na hotelaria, para além do crescimento significativo de proveitos já mencionado, o RevPar (proveitos por quarto existente) cresceu de 33€ em 2013 para 43,9 € em 2021 mostrando bem o crescimento de rendibilidade desta actividade, após um ano de 2020 em que este sector atravessou uma profunda recessão provocada pela pandemia. O Aeroporto de Faro, com excepção dos anos da pandemia, tem vindo a registar uma crescente procura, prevendo-se que em 2022 se registem números próximos dos alcançados em 2019 com mais de 9 milhões de passageiros. A principal origem destes passageiros é o Reino Unido e a principal transportadora é a Ryanair com cerca de 30% dos voos efectuados.

A crescente pressão turística que se abate sobre a região, sem prejuízo de elementos incontornáveis decorrentes do potencial económico desta actividade que se aproveitados para servir os interesses do

País podem e devem constituir-se como alavanca de desenvolvimento, tem vindo a revelar diferentes problemas cujo impacto não pode ser ignorado. É o caso da pressão sobre os preços da habitação também provocados pelo crescimento do alojamento local que ultrapassa já dezenas de milhar de habitações na região (só em Lagos o número já ultrapassa os 5 mil), da pressão sobre os recursos hídricos agravados num contexto de seca, a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde agravada pelo desinvestimento do Estado, do consumo de recursos públicos associados à construção das infraestruturas necessárias à actividade hoteleira e, na maioria dos casos, em benefício dos grupos económicos, a falta de oferta de transportes públicos designadamente na ferrovia, a pressão sobre a higiene e limpeza urbana em cidades e vilas que duplicam e triplicam a população durante o verão, a pressão sobre o preço do solo e opções urbanísticas que marcam negativamente este território, a pressão sobre outras actividades económicas, como é o caso da pesca em crescente conflito com a actividade marítimo-turística.

Um elemento novo que marcou a evolução dos últimos 4 anos prende-se com a dita falta de mão de obra invocada pelos grupos económicos do sector do turismo e a cada vez maior procura de uma mão de obra imigrante, com apoios do Estado, por forma a continuar a pressionar para baixo o valor dos salários de todos os trabalhadores.

A incerteza que vai marcando a evolução da situação internacional e perante um sector cada vez mais dependente destas oscilações, do papel das multinacionais de aviação e das grandes agências de viagens recomenda uma outra abordagem sobre o turismo que diversifique mercados, combata a sua sazonalidade, melhore infra-estruturas públicas, diversifique a oferta, estimulando também a procura interna e o direito do povo português a férias

Visando o desenvolvimento da actividade turística ao serviço da região a X Assembleia de Organização Regional propõe:

- Uma política que promova a diversificação dos mercados turísticos e a aposta simultânea no mercado nacional, a par da diversificação e diferenciação da oferta, contrariando o crescente domínio e uniformização imposta pelos grupos económicos do sector
- Uma nova política que em relação ao turismo promova a sua sustentabilidade assente na qualidade das infra-estruturas - rede ferroviária e a sua ligação ao Aeroporto de Faro, coordenação e valorização das carreiras rodoviárias, a requalificação dos portos, acessos rodoviários e pedonais em condições às praias, finalização das obras de beneficiação da EN 125, a abolição das portagens na Via do Infante, a construção do novo e há muito prometido Hospital Central do Algarve, etc.
- Novas políticas de valorização e formação profissional que promovam verdadeiramente o aumento de competências e conhecimentos dos trabalhadores e estudantes assente na dinamização do papel das escolas hoteleiras do Algarve e não nos interesses das grandes empresas do sector que procuram “parquear” trabalhadores a “custo zero” no Inverno às expensas do Estado. Uma formação capaz e essencial para o aumento e equilíbrio de mercados emissores, assente na vertente linguística, de conhecimento cultural e na de qualificação do serviço oferecido, que potencie o crescimento profissional ao longo de toda a carreira.
- A concretização da Regionalização potenciando uma participação efectiva de todos os agentes turísticos incluindo autarquias, representantes das organizações dos trabalhadores e das associações empresariais no delinear de uma nova estratégia para o sector que sirva verdadeiramente os que nos visitam, oferecendo-lhes condições diferenciadas dos restantes destinos, sem deixar nunca de servir principalmente os que aqui residem.

- Novas políticas de trabalho que valorizem salários e os direitos dos trabalhadores, no seu direito a ver os filhos crescer, a exercer a sua actividade livre do assédio moral e nas melhores condições de planeamento que permitam efectivamente as 40 horas de trabalho semanal (na prática muitos destes trabalhadores trabalham mais horas) tendo por objectivo as 35 horas, valorizando outras tantas de descanso e de lazer. Políticas que combatam a sazonalidade, a desregulação de horários e a desvalorização das carreiras e profissões e promovam a contratação colectiva.
- O combate à especulação imobiliária que permita a todos os que vivem e trabalham na região condições dignas de habitação e proximidade do seu local de trabalho e a adopção de políticas que compatibilizem a actividade turística com a preservação da natureza.

2.2. Comércio

Passados 4 anos o panorama no sector do comércio de proximidade agravou-se. O **comércio** alimentar a retalho está praticamente tomado pelas **grandes superfícies** e centros comerciais. Nos últimos anos continuaram a abrir, por todo o Algarve, novas grandes superfícies comerciais que se somam às que já existem. Este sector, em 2019 era constituído por 10.908 empresas e empregava cerca de 23.000 trabalhadores.

É de salientar que os centros comerciais, com o tipo de oferta, horários e condições de trabalho que envolvem, fazem em geral uma concorrência desleal a um vasto conjunto de pequenas actividades económicas, que juntamente com outros factores agressivos, nomeadamente os impostos desajustados e a baixa do poder de compra, apressam a falência e encerramento do comércio local.

Se é verdade que tem crescido o número de trabalhadores nas grandes superfícies mas também em lojas de menor dimensão implantadas pelos grupos económicos, os impactos que este crescimento tem no restante comércio e restauração traduz-se na ruína de muitas micro, pequenas e médias empresas e num saldo líquido negativo no que diz respeito ao emprego criado e com a utilização cada vez mais frequente de contratos de curta duração, estágios e jovens estudantes, trabalhadores imigrantes e discriminando os trabalhadores com idades superiores a 40 anos.

Este panorama constitui mais um factor que afecta a economia algarvia já que promove a concorrência desleal, o esmagamento dos preços à produção, a desregulação dos horários e da vida de dezenas de milhar de trabalhadores. Sublinha-se ainda o impacto negativo que a quebra acentuada dos rendimentos reais da população está a ter no comércio de proximidade, assim como, a crescente pressão imobiliária com o correspondente agravamento do valor das rendas com impactos no encerramento de alguns estabelecimentos.

A X Assembleia da Organização Regional propõe:

- A regulação dos preços dos bens alimentares
- A adopção de uma política restritiva à implementação de centros comerciais e de lojas da grande distribuição;
- A adopção de uma política fiscal mais justa;
- A reconsideração das actuais zonas de estacionamento pago e a adopção de uma política restritiva na adopção deste mecanismo;
- A adopção de um plano integrado, em articulação com os municípios, de dinamização das feiras tradicionais e mercados municipais e uma efectiva promoção do comércio de proximidade;

- O aumento dos salários, reformas e pensões, estimulando o consumo interno e a dinamização da actividade económica;

2.3. Sector Agrícola

A **actividade agrícola** tem vindo alterar-se na região. Não se trata de uma aposta na produção regional de alimentos com o objectivo de satisfazer as necessidades da população, mas da introdução da agricultura intensiva que, paulatinamente, vai ganhando espaço no Algarve com destaque para a produção de citrinos, abacate, frutos vermelhos, vinha e outros. Estas “novas” formas de exploração agrícola, convivem para já, com uma agricultura tradicional de sequeiro, assente na pequena propriedade a que se associa a dimensão florestal e pecuária, com agricultores cada vez mais envelhecidos produzindo num quadro de agricultura de subsistência ou, quando a dimensão o permite, em pequenas explorações. A produção de frutos secos – com destaque para a Alfarroba – tem vindo a recuperar algum peso sem que tal signifique uma política de valorização destas culturas mas antes uma consequência do aumento do preço destes frutos no mercado. Na verdade, não existe uma política de promoção da agricultura e do mundo rural mas sim uma gestão avulsa desta realidade e submetida às imposições da política agrícola comum por parte da UE.

Nos últimos anos, ganhou particular destaque o problema do acesso à água por parte dos agricultores, revelando não apenas uma má gestão (com a introdução de culturas de grande consumo de água) como falta de investimento na captura, armazenamento e transporte deste importante recurso. Continua o desmantelamento dos serviços de apoio técnico aos agricultores bem como de a fragilização de infra-estruturas de grande significado como sejam o Centro de Experimentação Agrária de Tavira. No plano florestal, pese embora os amplos recursos da região – chegou a ser uma das principais produtoras de cortiça no plano nacional – continua a assistir-se à falta de investimento e ao flagelo dos fogos florestais como se verifica em cada verão. A produção de cortiça representa 64% do rendimento dos produtores que exercem actividade florestal no Algarve, seguida pela produção de madeira ou lenha, com cerca de 21%. O abandono do «mundo rural», a par do aumento da dependência alimentar, põe em causa, cada vez mais, a soberania alimentar. Por outro lado, o abandono do cultivo dos solos traz acrescidos riscos de incêndios, bem como a utilização de terrenos agrícolas para a instalação de painéis fotovoltaicos – actividade altamente subsidiada – constitui uma opção errada que deve ser combatida.

O Governo não pode persistir numa política demissionária face aos problemas sentidos pelos pequenos e médios agricultores ao nível da produção agro-florestal, do escoamento dos produtos e dos preços na produção, em benefício da agro-indústria e das grandes multinacionais agro-químicas. Sublinhar o impacto negativo dos grandes incêndios que na última década consumiram dezenas de milhares de hectares de mato e floresta nos concelhos de Tavira, São Brás de Alportel, Castro Marim, Silves, Monchique, Loulé e Portimão e cujos efeitos ainda se fazem sentir dada a insuficiência e burocracia no acesso aos apoios à reflorestação.

A 10ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- Investir na capacidade de captação, armazenamento e transporte de água e de uma gestão racional deste recurso.
- Combater o recurso a práticas de exploração agrícola intensivas e super intensivas e promover a agricultura familiar.
- Combater a substituição de solos agrícolas e férteis – muitos deles em Reserva Agrícola Nacional – pela instalação de campos de painéis fotovoltaicos.
- Dinamizar uma indústria alimentar e de frio, com base nos citrinos e horto-frutícolas, estimulando assim o seu desenvolvimento e a criação de postos de trabalho;

- Promover a instalação de pequenas unidades de transformação de produtos agrícolas locais, com as devidas certificações;
- Promoção e certificação de produtos locais e autóctones;
- Implementar um Plano de Ordenamento Florestal em ligação com os criadores de ovinos e caprinos e com os produtores florestais visando o desenvolvimento da floresta autóctone;
- Concretizar uma acção efectiva por parte do Governo junto da grande distribuição para impedir o esmagamento da produção nacional e, sobretudo, dos preços da produção nacional;
- Desenvolver a inovação tecnológica e apoios técnicos desburocratizados, colocando maior número de quadros técnicos ao serviço da extensão rural e distribuí-los por toda a região;
- Criar condições para a certificação dos produtos agrícolas e pecuários regionais e promover o pagamento atempado dos subsídios e a sua justa distribuição;
- Pugnar pelo incremento da agricultura sustentável e por um Algarve livre de organismos geneticamente modificados;
- Repor os serviços governamentais de apoio à actividade agrícola, entretanto encerrados, assim como a construção de equipamentos de apoio ao sector produtivo, como é o caso do matadouro regional ou de lagares para a produção de azeite.

2.4. Sector das Pescas

O Algarve é das regiões do país com maiores potencialidades no **sector das pescas**, incluindo também o marisqueio e a aquicultura. No Algarve, em 2021, havia 2.629 profissionais da **pesca** registados, representando 17,8% do total nacional. Quase 30% destes profissionais tinha idade superior a 55 anos. O número de embarcações era de 1.702 representando 22,2% do total nacional, respectivamente. O volume de capturas de pescado fresco ou refrigerado no Algarve aumentou 11,8%, passou de 12.949 toneladas em 2017 para 14.474 em 2021. O peso relativo do Algarve no panorama nacional também aumentou passando de 10,9% em 2017 para 15,4% em 2021. Em 2021 as espécies capturadas mais relevantes, em quantidade, foram a sardinha (5.035 toneladas), a cavala (5.025 toneladas) e o carapau (1.307 toneladas). Estes dados não iludem no entanto a continuação de uma política que ameaça esta importante actividade económica e, desde logo, a rentabilidade dos pequenos armadores e os salários dos trabalhadores da pesca.

A actividade de **marisqueio**, desenvolvida sobretudo na Ria Formosa e na Ria de Alvor, é responsável pela cultura e produção de espécies como a amêijoia-boia (a mais valiosa), a amêijoia canita, o lingueirão, o berbigão, a conquilha, a ostra e o mexilhão. Também na Costa Vicentina se desenvolve o marisqueio, nomeadamente de perceves. Esta actividade, que envolve uma grande informalidade, pode chegar a ocupar cerca de 10.000 pessoas como viveiristas, mariscadores e outras actividades ligadas ao sector. Só na Ria Formosa continuam a existir mais de 1.500 viveiros, que ocupam uma área de cerca de 500 hectares. Os problemas relacionados com a qualidade das águas, a mortalidade do marisco, os riscos de não renovação e concentração das licenças dos viveiros, constituem elementos que ameaçam este sector.

No quadro da política desenvolvida por sucessivos governos destacam-se ainda como aspectos que contribuem para a degradação do sector: a desactivação de várias estruturas públicas fundamentais ao funcionamento do sector; a não salvaguarda dos interesses nacionais no Acordo de Pescas Transfronteiriço com a Espanha (conhecido como Acordo do Guadiana); a imposição de quotas na captura de pescado (como a sardinha); a opção expressa no apoio e facilidades concedidas à instalação de sistemas de aquicultura (em regra de empresas estrangeiras) em confronto com a pesca tradicional, como por exemplo em Sagres, ou na Ilha da Culatra em Faro; o preço dos combustíveis; o crescente

conflito com actividades marítimo-turísticas; a falta de mão de obra resultante dos baixos salários e da desvalorização das profissões ligadas à pesca; o desmantelamento dos vários estaleiros de recuperação de barcos de pesca; a gradual transformação de portos de pesca em marinas destinadas a barcos de recreio; a degradação das instalações dos pescadores nos diferentes portos; a submissão às imposições da União Europeia;

A 10ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- Uma política de investimento público virada para o desenvolvimento de estruturas públicas de apoio, monitorização e acompanhamento do sector; a requalificação dos portos de pesca; a realização de dragagens e o desassoreamento da foz dos rios; a criação de condições de segurança das embarcações e dos profissionais;
- Uma política económica que potencie e articule o sector no quadro de uma fileira produtiva regional que envolva a captura, gestão, comercialização, promoção e transformação dos produtos da pesca;
- A implementação de um plano integrado de despoluição e recuperação da Ria Formosa;
- A atribuição de compensações financeiras aos pescadores, armadores e mariscadores durante os períodos de defeso (paragens biológicas) e as paragens de actividade motivadas por razões de defesa da saúde pública;
- A reposição do princípio de fixação de margens máximas de lucro na comercialização do pescado;
- A adopção de medidas de apoio à pesca costeira e à pesca artesanal;
- A defesa de uma política para o sector prioritariamente orientada para o emprego e melhoria das condições sociais dos pescadores e para o desenvolvimento da economia da região;
- A aposta em investimentos na indústria transformadora ligada ao sector e na respectiva inovação tecnológica;
- Uma acção efectiva das entidades competentes para garantir a aplicação do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca;
- Uma política de formação profissional que parta da realidade e especificidades do sector.
- Um funcionamento mais célere no deferimento das candidaturas apresentadas ao Fundo Compensação Salarial dos Profissionais de Pesca cujo tempo de espera se prolonga por muitos meses;
- A revisão da vasta legislação da actividade do marisqueio, permitindo segurança e estabilidade a quem desenvolve a actividade;
- A revogação do Acordo de Pesca Fronteiriço do Guadiana

2.5. Sector Industrial

A actividade industrial tem uma expressão cada vez menor na região. No que diz respeito à **indústria extractiva**, os dados actuais e os estudos de caracterização deste sector são escassos. Em 2019 o sector englobava pedreiras, minas de sal-gema (cuja produção foi, entretanto suspensa), a extracção de sal, a colheita e o engarrafamento de águas minerais, e a extracção de calcários e outros inertes utilizados na produção de cimentos. Este sector em 2019 empregava 192 trabalhadores e era

constituído por 40 empresas. Quanto à **indústria transformadora**, - que na região envolve a transformação e conservação de pescado, cimentos, tratamento de lixo e águas residuais, reparação e construção naval, transformação de cortiça, indústrias gráficas, transformação alimentar, etc - em 2019 era constituída por 1.991 empresas e empregava 5.363 trabalhadores.

As micro e pequenas empresas constituem a esmagadora maioria do tecido económico regional. Refira-se que o sector da construção civil, que constituía o segundo sector económico mais importante do Algarve no início do século, encontra-se hoje com uma dimensão bem mais reduzida. Confirmando a quebra na indústria na região está também a produção de cimento na CIMPOR de Loulé e que conta com um número cada vez mais reduzido de trabalhadores (a maioria a trabalhar para empresas terceiras) e que nestes anos confirmou os riscos para a região e para o País da sua privatização.

A X Assembleia de Organização Regional propõe:

- O redireccionamento dos fundos e apoios públicos para o desenvolvimento da actividade industrial, a par de uma política que favoreça o acesso ao crédito por parte das PME's designadamente por via da Caixa Geral de Depósitos e que imponha a diminuição dos preços da energia, das comunicações, dos seguros e de outros serviços;
- A adopção de uma política dirigida ao fomento de várias fileiras produtivas com potencialidades e tradições na região, designadamente, na indústria conserveira, na extracção e produção de sal, extracção e transformação de rochas ornamentais, na reparação e construção naval, na extracção e transformação de cortiça;
- O desenvolvimento de uma política que potencie, articule e integre o conhecimento tecnológico no desenvolvimento da actividade industrial na região, tendo como referência o papel da Universidade do Algarve e apontando o desenvolvimento de novas indústrias integradas num plano de industrialização do país;
- O desenvolvimento de uma política dirigida à recuperação e reabilitação urbana, potenciado a eficiência energética e a qualidade de vida das populações;
- O desenvolvimento de uma política que garanta a recuperação do controlo público de sectores estratégicos da economia, contributo que se reflecte também na actividade industrial e numa política de substituição de importações por produção nacional;

2.6. Tecido empresarial

Tal como no plano nacional, o **tecido empresarial** do Algarve é constituído maioritariamente por micro empresas, cerca de 96,5% com um número de trabalhadores de 1 a 9 e um volume de negócios até 3 milhões de euros. As pequenas empresas, com um número de trabalhadores de 10 a 49 e um volume de negócios até 10 milhões de euros são cerca de 3,1% e as médias empresas, com um número de trabalhadores de 50 a 250 e um volume de negócios até 43 milhões de euros são cerca de 0,3%. As grandes empresas com sede na região são uma ínfima minoria, em 2019 eram apenas 23.

No plano regional, aprofundou-se o confronto entre os interesses das MPME e o poder dos grandes grupos económicos. Os impactos da pandemia fizeram-se sentir de forma mais profunda junto das MPME. São expressões deste confronto cada vez mais agudo: a luta do comércio tradicional contra o poder das grandes superfícies; o confronto entre as pequenas empresas de transporte de passageiros e as taxas cobradas pela Vinci/ANA a quem foi entregue a exploração do aeroporto; a luta do sector do Táxi contra o poder das multinacionais como a UBER (que aprofunda por sua vez a exploração dos que para ela trabalham); os pequenos produtores e o poder das grandes cadeias de distribuição; as empresas de reparação automóvel e as companhias de seguros; as agências de viagens, companhias

de aviação, as grandes cadeias de hotéis e as pequenas unidades de alojamento ou restauração; as MPME em geral e as grandes empresas do sector energético, da banca, dos seguros.

2.7. Habitação

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todos os cidadãos à **habitação**. No entanto, o acesso à habitação constitui hoje um grave problema no Algarve, com incidência maior na zona do litoral, atingindo preços para arrendamento ou para casa própria incomportáveis para a maioria da população.

São aspectos marcantes desta realidade: a ausência de investimento na disponibilização de habitação pública que não será corrigido pelas verbas inscritas no PRR e muito menos com a tentativa de empurrar para as autarquias esta responsabilidade; a crescente especulação imobiliária favorecida com o actual enquadramento legislativo que projecte os proprietários e pela pressão de compradores estrangeiros que fazem subir os preços; o crescimento desordenado e exponencial do Alojamento Local, entre outros aspectos tem vindo a impor um aumento significativo dos preços – mais 40% nos últimos 4 anos – que é incomportável para grande parte da população. A actual situação de agravamento das taxas de juro vem acrescentar novos problemas para milhares de famílias algarvias que têm empréstimos para a habitação. Os problema da habitação atingem actualmente, não apenas as populações mais carenciadas, mas também camadas da população com rendimentos médios.

A X Assembleia da Organização propõe:

- adopção de uma política nacional onde o Estado determine a política de solos, de edificabilidade, de regeneração e reabilitação do edificado e do arrendamento.
- contrariar a especulação imobiliária e fundiária, dando gestão pública às mais valias decorrentes da transformação do uso dos solos e do edificado.
- assegurar medidas que impeçam que o agravamento das taxas de juro se reflectam nas prestações ao banco nos empréstimos à habitação;
- alargar a disponibilização de oferta pública de habitação.
- Limitar o valor do aumento das rendas para 2023, incluindo os novos contratos.
- dinamizar o movimento cooperativo e a auto-construção.

2.8. Transportes

O Algarve continua não só a não ter um sistema de **transportes** que articule as diferentes modalidades como, em resultado da concretização da política de direita, tem vindo a aprofundar-se não apenas a dependência dos trabalhadores e das populações do transporte individual, como se acentua a dependência da região em relação aos grupos económicos privados, particularmente do grupo Barraqueiro que tem a concessão do transporte rodoviário na região. Acentuam-se as dificuldades nas ligações entre concelhos e das sedes dos concelhos de e para as zonas rurais ou mais distantes. Os avanços alcançados pela intervenção do PCP com a fixação de um preço máximo para o passe no valor de 40€ têm estado limitados pela insuficiência de oferta que se regista e pela falta de intermodalidade que permita a utilização do comboio e do autocarro.

Continua por concluir a electrificação da linha ferroviária de Tunes até Lagos e de Faro a VRSA, mantém-se a ausência de um sério investimento em infra-estruturas fundamentais, nomeadamente a ligação directa Lisboa – Lagos e Lisboa – Vila Real de Santo António por comboios Alfa e Inter-Cidades, assim como a promoção das ligações regionais entre Lagos e Vila Real de Santo António de acordo com as necessidades das populações (o percurso continua a demorar mais de 2 horas e meia).

Verifica-se a degradação de várias estações de caminhos de ferro, desadequação de horários, faltas de pessoal e degradação do material circulante.

Continuam a ser reduzidas as ligações garantidas pela EVA – Transportes em nome da redução de custos, cujo monopólio privado do transporte rodoviário (e que resultou da destruição da Rodoviária Nacional e a entrega a privados deste meio de transporte) se reflecte de forma negativa na região.

A Via do Infante é um eixo rodoviário estruturante que atravessa longitudinalmente o Algarve. A introdução de portagens em 2011 não só não foi completamente revertida como se assiste à própria degradação desta infra-estrutura, com a degradação do piso. Por outro lado continua por completar a requalificação da EN 125 (que não é uma alternativa à Via do Infante) entre Olhão e Vila Real de Santo António sendo que o Estado foi condenado a pagar ao concessionário privado uma indemnização pela requalificação de uma estrada que não chegou a ser feita.

Por outro lado, e apesar das promessas feitas, continuam por fazer as obras de diversos tipos que contribuiriam para melhorar as acessibilidades e reduzir a sinistralidade. Está nesta situação, a variante de Odiáxere e de Olhão à EN 125, a ligação do IC4 entre Lagos – Sines, a conclusão do IC27 entre Alcoutim e Beja, a requalificação da EN 124, a requalificação do IC1. A construção da Ponte Internacional Alcoutim – Sanlúcar há muito reivindicada foi agora incluída no PRR o que não significa que se venha a concretizar no imediato.

No plano do transporte aéreo, o Aeroporto de Faro tem vindo a assumir uma importância estratégica para a actividade económica da região registando um crescimento do tráfego, apenas interrompido durante a epidemia. Coloca-se a necessidade de reflectir sobre as possibilidades de desenvolvimento, mas também os limites do Aeroporto de Faro, face ao crescente número de passageiros, bem como a concretização da sua ligação a outros modos de transporte designadamente à linha do Algarve.

As áreas portuárias constituem também um recurso territorial estratégico que não pode deixar de ser preservado e valorizado. No Algarve, o desenvolvimento económico e a criação de emprego exigem o reconhecimento do papel crucial do sistema portuário na economia regional e medidas de relançamento da actividade portuária em todos os segmentos – mercadorias, pesca, cruzeiros turísticos oceânicos, marítimo-turística, transporte de passageiros, estaleiros navais e náutica de recreio. A actividade portuária no Algarve tem sido prejudicada não apenas pela falta de investimento mas também pela integração dos portos algarvios na Administração do Porto de Sines. Os projectos que estão em curso visando o desmantelamento do Porto Comercial de Faro e a sua entrega à especulação imobiliária e actividade turística, vão em sentido contrário ao que seria exigido.

O transporte individual de passageiros alterou-se profundamente nos últimos anos em desfavor do sector do táxi e com o agravamento da exploração dos motoristas das plataformas digitais.

O Algarve precisa de um Plano Regional de Transportes que adopte uma visão integrada, tendo por objectivo servir as populações, melhorar as acessibilidades e a mobilidade, ser parte de uma política ambiental, tendo presente que o mesmo é factor de desenvolvimento e progresso. Simultaneamente, torna-se fundamental que o mesmo seja encarado não como fonte de negócio, mas como um serviço público essencial.

A X Assembleia de Organização Regional propõe:

- A imediata abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da Via do Infante e o resgate dessa concessão, a par da exigência de melhorias nesta infra-estrutura cuja degradação é visível.
- A requalificação da EN 125 e a sua célere conclusão; a conclusão do IC 4 e do IC27; a construção da ponte internacional sobre o Guadiana em Alcoutim; a requalificação da EN 124 ou do IC1;

- A criação de um operador público rodoviário regional;
- A criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia, dotada com os meios e competências adequadas ao exercício da sua missão, num quadro de gestão inteiramente pública do conjunto das infra-estruturas portuárias;
- A preservação, a valorização e investimento nas áreas portuárias do Algarve, como instrumento essencial para o aproveitamento pleno das suas potencialidade. O combate aos projectos de desmantelamento do porto comercial de Faro.
- O investimento e modernização na linha do Algarve, com a sua duplicação e electrificação, a melhoria e alargamento da qualidade do serviço no longo curso e uma forte aposta no serviço regional, aumentando a frequência e a qualidade do serviço como uma das principais respostas aos estrangulamentos de mobilidade intra-regional que atingem o Algarve;
- A recuperação do controlo público do Aeroporto de Faro;
- A progressiva gratuitidade dos transportes fixando-a no imediato para os jovens até aos 18 anos (23 se forem estudantes) e para os maiores de 65 anos.
- A realização de um plano regional e de uma política integrada de transportes que garanta a articulação e a inter-operabilidade entre os diversos meios, a melhoria da mobilidade, a redução de custos e do transporte individual.

2.9. Ambiente

A **política ambiental** na região tem sido marcada, tal como no País, por uma deliberada redução de recursos e meios para a efectivação de medidas coerentes de defesa e preservação da natureza e dos ecossistemas e pela sua crescente mercantilização. Aqui tem imperado a criminosa ganância especulativa, que actua impunemente, dada a grande desarticulação entre as diversas entidades que detêm direitos de intervenção no litoral, nos parques naturais e nas áreas de paisagem protegida, cuja legislação foi alterada em claro benefício dos grandes interesses económicos e contra as populações que aí residem e trabalham. A implantação de empreendimentos imobiliários/turísticos de grande envergadura, de que são exemplo os mais de 40 campos de golfe que existem no Algarve ou as pressões urbanísticas na Lagoa dos Salgados (zona húmida), com o que envolvem de consumo de água e ocupação de território, é demonstrativo da submissão dos valores ambientais aos interesses dos grupos económicos, por mais que estes procuram lavar a sua imagem com a etiqueta verde.

Persistem graves problemas na orla costeira, com a sobrecarga de construções, a acentuada erosão da costa – cujos problemas de segurança se têm vindo a verificar –, a ameaça à integridade das zonas húmidas, como é o caso da Ria de Alvor, do Sapal de Castro Marim e da Ria Formosa. Não pode deixar de ser assinalada a permanente pressão em toda a região da Ria Formosa – um dos mais importantes patrimónios ambientais da região – no sentido de continuar a expulsar as populações que aí residem e trabalham, libertando esse território para os interesses do grande capital. Persiste igualmente a situação insustentável das ETAR, não só pelo que não existe, mas também por aquilo que existindo se revela insuficiente – faltam trabalhadores - para responder aos problemas e necessidades da região, num quadro em que os investimentos a cargo das Águas do Algarve são claramente insuficientes. Igualmente preocupante são as consequências da privatização da EGF e que coloca a gestão dos lixos e resíduos sólidos em função de critérios de lucro. A ALGAR não tem respondido ao contratualizado, obrigando muitos dos municípios a despenderem verbas para suprir um serviço que não responde às necessidades.

Assinala-se uma profunda contradição entre o discurso oficial de valorização do turismo, das paisagens e ambiente algarvios, e a completa ausência de meios para preservar e valorizar esses recursos, seja na serra, seja na costa, seja no próprio mar. Prova disso é o prosseguimento dos problemas associados aos incêndios florestais; a ausência de um rebocador na costa algarvia que possa intervir face a qualquer problema – incluindo no plano ambiental – junto à costa; falta de investimentos para acabar com as fontes poluidoras das zonas húmidas e a autorização de construção nestas ao arrepio do respectivo estatuto de protecção.

No que diz respeito à **água**, no Algarve são cada vez mais frequentes períodos de seca com impactos muito negativos sobre a vida das comunidades, as actividades económicas e os ecossistemas. O que a realidade actual evidencia é a enorme fragilidade que a região enfrenta para se ultrapassar de forma estruturada e consistente no tempo, situações sistémicas de seca como as que se verificam ou se avizinham. Os sucessivos governos têm adiado investimentos – barragens, albufeiras, obras hidroagrícolas, manutenção de condutas e redes de abastecimento, estações de tratamento – para assegurar o abastecimento regular, para facilitar a reposição dos lençóis freáticos, para potenciar o uso racional e diminuir perdas, para aproveitamento de águas residuais e para assegurar os caudais ecológicos essenciais à salvaguarda ambiental, garantindo a fruição por todos os cidadãos, a adequada utilização da água no sistema produtivo e a qualidade das suas funções ecológicas e ambientais. Os investimentos que têm vindo a ser anunciados para o Algarve, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como, o chamado Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) do Algarve, não garantem a resolução a prazo dos problemas que estão já hoje identificados. A recorrente referência às centrais de dessalinização, como solução principal para o problema de abastecimento da região do Algarve – sobretudo quando se conhecem os elevados custos de construção e funcionamento desses equipamentos, o elevado consumo energético que envolve e o impacto dos resíduos resultantes desse processo – não pode sobrepor-se a exigências que há muito estão colocadas e que têm sido sucessivamente adiadas, nem constituir-se como uma nova oportunidade de negócio como alguns têm defendido.

A X Assembleia de Organização propõe:

- O desenvolvimento de uma política que garanta o planeamento democrático do território de forma harmoniosa com a natureza, garantindo a democratização da gestão e usufruto dos recursos naturais numa perspectiva que contrarie a mercantilização e privatização do património natural.
- A defesa de uma política que inverta o rumo de crescente captura dos parques naturais pelos interesses dos grupos económicos, garantindo o reforço do investimento público e devolvendo este património às populações que aí vivem e trabalham e que são o garante da sustentabilidade económica e ambiental destes territórios, designadamente no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, no Parque Natural da Ria Formosa, na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim;
- A classificação da Ria de Alvor como reserva natural;
- A adopção de uma política que promova e garanta o combate efectivo aos incêndios florestais, canalizando para aí os recursos necessários, combatendo a desertificação da serra algarvia e promovendo as actividades produtivas necessárias à fixação das populações;
- A recusa das políticas que estão a conduzir à privatização da água, o reforço do investimento na capacidade de captação, armazenamento e transporte de água e a confirmação do carácter público deste recurso estratégico e a protecção das linhas de água naturais;
- A revisão do PROT- Algarve;

- A construção de barragens e de albufeiras, de que é exemplo a construção da barragem da Foupana, articulando-a e interligando-a com o actual sistema Odeleite-Beliche;
- A modernização e construção de estações de tratamento de águas residuais (para lá das existentes) e com um maior aproveitamento para fins múltiplos destas águas;
- A modernização e expansão das redes e condutas de modo a alargar a eficiência da sua utilização reduzindo significativamente as perdas.
- A realização de um plano integrado de protecção da orla costeira com os meios adequados à protecção ambiental e de defesa das populações;
- O desassoreamento do Rio Arade e a promoção da sua navegabilidade até Silves;

2.10. Saúde

As dificuldades no funcionamento do **Serviço Nacional de Saúde** fruto de anos de política de direita, de subfinanciamento e sub investimento que condicionam actualmente a sua missão constitucional, reflectem-se no Algarve. Pese embora a notável resposta do SNS à situação de epidemia que atingiu a região durante dois anos, assiste-se a uma gigantesca operação por parte dos grupos privados de saúde visando a quebra de confiança do povo português no SNS e o favorecimento do negócio da doença. Uma campanha que visa criar: um serviço público desvalorizado apenas com um conjunto de garantias mínimas, destinado aos mais pobres e uma prestação centrada nos seguros de saúde e concretizada pelos grupos privados, cuja prestação de cuidados dependeria do dinheiro que cada um tivesse para adquirir um seguro de saúde.

O número de utentes sem médico e enfermeiro de família (dos maiores do País), os tempos de espera nas consultas, exames e cirurgias, o encerramento e concentração de valências, a degradação de instalações, a incapacidade do SNS em fixar e atrair profissionais, a crescente transferência de recursos públicos para o sector privado na área da saúde – no plano nacional já ultrapassa os 9 mil milhões de euros – marcam a política do Governo PS para a saúde, acompanhado por PSD, CDS, Chega e IL.

Paralelamente, em vez de o Estado investir no SNS para reforçar a sua intervenção e capacidade e reduzir progressivamente o encaminhamento de utentes para entidades privadas com acordos, protocolos ou convenções, há um incremento na entrega de serviços públicos à gestão privada: a utilização da ADSE para financiamento directo dos privados; a concessão de diversos serviços de imagiologia de hospitais públicos.

No Algarve temos vindo a assistir à proliferação de clínicas e hospitais privados como demonstra a expansão dos grupos privados HPP – Algarve e HPA. Proliferação intimamente relacionada com a degradação dos serviços do SNS e com o financiamento de recursos públicos de que beneficiam. No Algarve faltam centenas de profissionais de saúde nos hospitais e centros de saúde, cerca de um terço dos algarvios não tem médico de família, faltam medicamentos e material clínico, cirurgias programadas são adiadas, registam-se significativos atrasos na realização de exames complementares, a articulação dos cuidados de saúde primários com os cuidados de saúde hospitalares é deficiente. Também o investimento na manutenção e renovação de equipamento no Centro Hospitalar Universitário do Algarve tem sido insuficiente.

Continuam a sentir-se os problemas resultantes da fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos constituindo-se no Centro Hospitalar Universitário do Algarve. O Algarve é também prejudicado pela ausência de acesso a especialidades clínicas providas apenas em hospitais centrais. Urge a construção do novo Hospital Central do Algarve, há muito prometido e constantemente adiado. Mas urge igualmente combater a tentativa do actual Governo PS em amarrar essa construção a uma nova

Parceria Público Privada. O governo do PS é também responsável por manter um conjunto de problemas estruturais como o subfinanciamento do Centro de Medicina e Reabilitação Física do Sul, localizado em São Brás de Alportel. A transferência de competências do Estado Central para as autarquias locais, imposta pelo PS e PSD, também afecta a área da saúde e tenderá a comprometer a acção das autarquias e a criar ainda maiores desigualdades entre concelhos no acesso a cuidados de saúde.

Apesar de todas as dificuldades, é no SNS que os algarvios encontram a resposta mais segura para as situações mais complexas, não apenas porque no serviço público estão as melhores equipas de profissionais e a experiência acumulada, mas principalmente porque a lógica de funcionamento assenta na saúde e não numa oportunidade de negócio de privados.

A X Assembleia de Organização Regional propõe:

- O levantamento das necessidades de cuidados de saúde da população do Algarve, tendo em conta as suas características e critérios de acessibilidade e mobilidade e as condições sociais e económicas, com vista à apresentação de um plano integrado da reorganização dos serviços públicos de saúde, ao nível dos cuidados primários de saúde, cuidados hospitalares e cuidados continuados integrados, envolvendo na sua definição os contributos dos utentes, profissionais de saúde, autarquias e comunidade local;
- Atrair e fixar profissionais de saúde e a atribuição aos hospitais e centros de saúde algarvios de meios humanos, financeiros e técnicos adequados ao cumprimento da sua missão;
- Reforçar as medidas de incentivo e apoio à fixação de médicos no Centro Hospitalar Universitário do Algarve, com particular ênfase nas especialidades mais carenciadas.
- A atribuição de médico e enfermeiro de família a todos os utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve;
- A promoção de uma adequada articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde hospitalares;
- A melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, a reposição dos seus direitos e a dignificação das suas carreiras;
- A reabertura de todos os centros e extensões de saúde encerrados;
- A construção do Hospital Central do Algarve recusando o modelo PPP;
- O aprofundamento da cooperação com a Universidade do Algarve nos domínios da investigação e ensino clínico;
- A reabertura das valências hospitalares encerradas nos diferentes hospitais do Algarve.

2.11. Educação

A Constituição da República Portuguesa consagrou e desenvolveu o direito à **Educação** como elemento central do regime democrático saído da Revolução de Abril. A sua concretização é inseparável da existência de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Ao longo de décadas, temos enfrentado uma prolongada ofensiva neoliberal, onde governos do PS, do PSD e CDS têm protagonizado um violento ataque à escola pública, apostando numa moldagem do sistema educativo aos interesses do grande capital.

A região do Algarve tem sido marcada por um aumento das assimetrias no que diz respeito à Educação. Relativamente à rede pública de educação pré-escolar, esta continua a não dar resposta às necessidades da maioria da população, obrigando as famílias, a quem são impostos horários de trabalho cada vez mais desregulados e a quem são reconhecidos cada vez menos direitos no acompanhamento aos filhos, a procurar respostas privadas nesta área. Constata-se que no Concelho de Alcoutim não existe, sequer, rede pública de educação pré-escolar e que nos restantes Concelhos a resposta é manifestamente insuficiente. A dita reorganização da rede escolar baseou-se na agravada fusão de escolas com a criação dos mega-agrupamentos, afastando a escola do meio familiar, optando pela centralização em grandes centros escolares, numa perspectiva fortemente ditada por razões económicas. O Governo foi-se desresponsabilizando gradualmente do seu papel em áreas como as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), os transportes e refeições escolares, abrindo caminho e disponibilizando recursos públicos a empresas privadas cuja finalidade última é a realização de lucros. Essa ofensiva tem vindo a acentuar-se particularmente com a transferência desta competência e dos encargos correspondentes para as autarquias locais, opção que tenderá à privatização de serviços, à degradação da escola pública e a maiores assimetrias entre concelhos. É um engano considerar que a transferência de competências para os Municípios se deve à necessidade de aproximar as famílias dos centros de decisão em matéria educativa.

Em relação ao Ensino Secundário, mantém-se as graves lacunas na medida em que cinco Concelhos do Algarve (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo), não têm resposta a este nível, obrigando os alunos a deslocarem-se a concelhos vizinhos - alguns a mais de 50 km - para frequentar o Ensino Secundário. A rede de transportes é também desadequada aos horários e ao regime de funcionamento das escolas.

Por outro lado, verifica-se um aumento do número de alunos que frequentam cursos profissionais ou vias profissionalizantes, sendo que na região do Algarve esse número ultrapassou há muito os 50%.

Para além disso, exige-se uma gestão democrática das escolas como condição necessária ao exercício de uma autonomia verdadeira. Não pode educar para a Democracia uma escola que não se organiza de forma democrática.

O processo de transferência de encargos e competências para as autarquias, envolvendo a educação, constitui uma desresponsabilização da administração central nesta matéria, aprofundando as assimetrias regionais e entre concelhos. As alterações que estão em curso no regime de concursos e colocação de professores, integrando-os, no caso do Algarve, na AMAL aprofundará a discricionariedade e degradará e aprofundará ainda mais as diferenças na Escola Pública.

A situação da Universidade do Algarve (UALG), no quadro da rede pública de ciência e ensino superior, é também ela marcada pelo sub-financiamento. A situação agravou-se em algumas dimensões, quanto mais não seja pela passagem do tempo, em resultado do envelhecimento ou precariedade continuada dos seus quadros e do investimento insuficiente em instalações e equipamentos. As sucessivas políticas até ao actual Governo PS têm feito pesar sobre a UALG a sua posição geográfica periférica (em relação aos grandes centros de ciência e ensino superior portugueses), as desigualdades territoriais e de desenvolvimento e, claro, a lógica volátil e predadora do mercado, cada vez mais presente nos domínios do ensino e da investigação.

O acordo assinado entre o MCTES e as universidades continua a não ser cumprido. Sem as compensações financeiras devidas, bloqueiam-se o descongelamento de carreiras, aumentos salariais, regularização de vínculos laborais precários, contratação de investigadores.

A UALG tem conhecido uma recuperação no ingresso de alunos, fazendo convergir o número de vagas com o dos colocados; esta tendência é genericamente patente no subsistema universitário mas não no politécnico, penalizando domínios como as Engenharias e Tecnologias. Para esta melhoria contribuem o crescimento dos estudantes internacionais, os ciclos de estudos criados em consórcio, a diversificação moderada da oferta formativa avançada, os concursos especiais de acesso. A degradação que se verificou nos últimos meses da situação social, com a corrosão do valor dos salários que grassam no Algarve, atinge os estudantes e suas famílias e, face ao actual contexto de inflação, torna-se ainda mais urgente a necessidade de intensificar a luta contra as propinas. A redução acentuada da oferta de alojamento, que passou a ter utilização turística, e o conseqüente aumento dos preços atingem fortemente os estudantes e docentes deslocados. As insuficiências no plano da Acção Social Escolar manifestam-se em diversos domínios, seja no âmbito das bolsas de estudo, seja no apoio médico com destaque para o apoio psicológico aos estudantes.

A UALG vê comprometida a sua capacidade instalada de qualificação, inovação e valorização social e económica do conhecimento. A recente criação de um Consórcio com a Universidade de Évora e a Universidade de Lisboa não resolve os problemas de fundo no plano do financiamento e valorização da instituição. Aliás, continua a ser levada a cabo uma competição desigual por alunos e financiamento. Tem vindo a ser muito arrastado e discriminatório o cumprimento da lei do emprego científico - não obstante a UALG ser uma das primeiras instituições a promover concursos internacionais para este efeito - e do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública, afectando docentes, não docentes e investigadores. Assinala-se ainda a grave discriminação dos docentes e investigadores, no que diz respeito à sua progressão na carreira.

Regista-se a ausência do necessário investimento nas estruturas públicas de apoio à investigação científica, inseparável de uma política de desvalorização dos seus profissionais e de uma perspectiva de desenvolvimento soberano, com destaque para os problemas que atingem o Centros Ciência Viva ou o Centro Ciências do Mar.

2.12. Cultura

O **sector cultural** no Algarve, à imagem do que se verifica no resto do país, continua a ser encarado como um elemento decorativo e elitista nas políticas públicas, cada vez mais sujeito a lógicas de mercantilização. De facto, apesar da recuperação do Ministério da Cultura e o aumento do orçamento a nível central para as instituições e iniciativas culturais, quer a nível local com o aumento das despesas dos municípios algarvios para a cultura, na realidade subsiste uma real insuficiência de recursos humanos e financeiros para esta área. O sector da cultura foi um dos que foi mais atingido pelos impactos da epidemia afectando profundamente os artistas e profissionais da cultura, tal como as estruturas, entidades, empresas e associações ligadas a este sector. A recuperação entretanto verificada na actividade cultural não alterou os problema estruturais que há muito estão identificados.

A programação cultural da região, tem vindo a ser cada vez mais marcada por eventos de entretenimento, mascarados de eventos culturais, e que se concentram sobretudo no verão e intimamente ligados ao turismo. A cultura passa assim a ser entendida como mais um mecanismo de atracção turística, sendo esvaziada dos seus objectivos maiores, de factor de emancipação individual, social e nacional, de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade, um poderoso incentivo ao diálogo das culturas.

Intervém na região, não sem dificuldades, um conjunto de estruturas maioritariamente profissionais, onde se inserem os vários Conservatórios de Música e Dança, a Orquestra do Algarve, várias companhias de teatro com destaque para A Companhia de Teatro do Algarve-ACTA, que têm um papel relevante na diversificação de uma programação cultural e que carecem do apoio estatal que

lhes permita uma estabilidade que não ponha em causa anos, ou décadas, de trabalho em formação de utentes e públicos. A uma outra escala, sobretudo assente no Movimento Associativo Popular, Bandas Filarmónicas, grupos Etnográficos, grupos de Teatro, Cineclubes, Associações de Defesa do Património e outras associações culturais e de desenvolvimento local, mantêm sobretudo, na sua área geográfica de intervenção, uma actividade que não só tenta suprimir os vazios deixados pelo “circuito cultural institucional” que assenta sobretudo nos auditórios municipais, bibliotecas e alguns museus, como investir na livre criação e fruição artística.

Subsistem reais deficiências nomeadamente ao nível dos recursos humanos, essencialmente em museus ou pólos associados, cujo funcionamento em níveis mínimos coloca muitas vezes em causa a segurança do seu espólio. A manutenção de outras é conseguida em grande parte pela dedicação das suas direcções e massa associativa. O direito constitucional à livre criação e fruição cultural, deverá ser sempre argumento presente na luta pela melhoria geral das condições para a actividade dos chamados “agentes culturais”.

A preservação do património cultural na região continua num caminho regressivo sob uma tendência de alienação e deterioração e que pode ser agravado com a transferência de competências para as autarquias nesta matéria, ao mesmo tempo que em muitos casos o seu acesso se distancia da população residente ao ser direccionado para o turismo e na crescente concessão a privados para a realização de eventos. Um conjunto de monumentos mais emblemáticos, de valor nacional, onde a Fortaleza de Sagres é o exemplo mais conhecido, têm sido aparentemente salvaguardados, ainda que, com restrições orçamentais que se reflectem em falta de funcionários e manutenção. Os restantes elementos que também são património das gentes algarvias, vão sendo abandonados e esquecidos até à ruína total, destruídos em favor de interesses privados ou pela aquisição dos mesmos. É urgente identificar, valorizar e preservar o património cultural da região, reabilitando imóveis que possam albergar instituições ou serviços públicos, reconstruindo o edificado que pelo seu valor histórico seja importante preservar, valorizando as tradições sem artificialismos que melhor sirvam o turismo.

A X Assembleia da Organização Regional do Algarve propõe:

- Apoiar a participação e cooperação dos agentes de cultura da região, por forma a garantir uma intervenção planeada, de qualidade e dirigida a vários públicos;
- Combater a precariedade e a instabilidade profissional que marca o sector;
- Apoiar o associativismo artístico e cultural, incluindo as organizações não formais que no terreno promovem não o mero consumo mas a convivência regular com as artes e outras manifestações culturais;
- Reforçar a descentralização da rede de leitura pública;
- Desenvolver o ensino das artes e apoiar as estruturas escolares existentes no distrito;
- Conservar e valorizar o património cultural, do material ao imaterial, em paralelo com a gestão integrada dos tecidos históricos urbanos e a consolidação da rede museológica e dos sítios arqueológicos.

2.13. Justiça

O Algarve e o País confrontam-se com opções políticas que têm vindo a ser adoptadas nas últimas décadas e que visam enfraquecer o poder judicial, limitar o acesso à justiça e a independência dos tribunais, governamentalizar e partidarizar a **Justiça**. Há, além disso, uma crescente tendência de desjudicialização e privatização da Justiça, tendência que se verifica de alguns anos a esta parte com a entrega das execuções a agentes privados, bem como as insolvências, a que se somam o valor das custas judiciais que afastam do acesso à justiça aqueles que têm mais baixos rendimentos. A somar a

estas matérias há ainda a promoção da arbitragem como alternativa aos Tribunais, escolha assumida mesmo pelo Estado em diversas ocasiões com evidente prejuízo para aquele e de que o caso do processo de requalificação da EN 125 é exemplo.

A Reforma do Mapa Judiciário, medida levada à prática pelo anterior Governo PSD/CDS e que não foi revertida pelos governos PS, conduziu à concentração de serviços nuns tribunais e o encerramento de serviços noutros, impondo uma justiça mais distante, mais cara e de classe. Consequência dessa opção, actualmente na região, existem apenas dois juízos de trabalho e comércio, obrigando, por exemplo, trabalhadores a deslocarem-se a Faro ou a Portimão, Olhão ou Lagoa, para participar em audiências relacionadas com processos laborais ou insolvências.

Os Tribunais algarvios continuam a não estar dotados de meios humanos, logísticos e financeiros adequados. Faltam juízes e magistrados do Ministério Público, funcionários judiciais e oficiais de justiça, entre outros trabalhadores, cujas carreiras não são valorizadas. A degradação das infra-estruturas é visível, sendo necessárias obras um pouco por toda a região. No que diz respeito às instalações, principalmente em Faro, continua por implementar uma solução definitiva com a construção de um edifício onde se reúnam todas as secções e serviços da comarca de Faro instaladas na cidade. Continua por concretizar a criação de um Tribunal da Relação no Algarve que permitiria um novo fluxo de movimentação processual no sul do país, libertando-se uma substancial percentagem do volume de processos actualmente em Évora. Continuam também por implementar no Algarve os Julgados de Paz, experiência que se revela positiva nos concelhos do país onde já funcionam. O direito do trabalho continua a ser aplicado em função dos interesses do capital.

O sector prisional tem conhecido uma continuada degradação no seu funcionamento, com repercussões negativas quer nas condições de detenção ou nos direitos dos profissionais, quer, sobretudo, na sua função desmoralizadora. Demonstrativo disso é que, não obstante o sobrelotamento das prisões portuguesas, a construção de um novo estabelecimento prisional no Algarve continua a não se concretizar sem qualquer justificação, não obstante a intervenção do PCP nessa matéria, nomeadamente na Assembleia da República, para a construção do novo estabelecimento prisional em São Bartolomeu de Messines.

2.14. Poder Local

O **Poder Local** na região constitui uma importante realidade, pese embora o seu domínio pelo PS, que nas eleições de Outubro de 2021, obteve a maioria em 12 das 16 câmaras do Algarve. O PSD ficou com a presidência de 3 câmaras municipais; estes 2 partidos detêm a maioria das autarquias na região, com a excepção das Freguesias de Silves, São Bartolomeu de Messines e Santa Bárbara de Nexe cuja presidência é CDU, tal como a Câmara Municipal de Silves.

Registam-se já os impactos do processo de transferência de competências para as autarquias locais que, pese embora a resistência protagonizada pelos eleitos da CDU e por outros autarcas que a estes se juntaram, está a marcar de forma impressionante a realidade do poder local.

Nos últimos 4 anos, sem prejuízo da resposta que muitas autarquias tiveram que assumir (muitas vezes para lá do seu quadro de competências) a diversas necessidades como na epidemia a situação financeira das autarquias melhorou. Mas essa melhoria decorre não de opções de fundo mas das receitas extraordinárias provenientes do IMT (a que não é alheia a subida da especulação imobiliária). Mas este alívio não liberta os municípios nem elimina aspectos marcantes da situação do Poder Local na região que continuam presentes e longe da sua resolução como é a situação financeira da Câmara de Vil Real de Santo António. Mas os problemas financeiros das autarquias locais, são sobretudo o

resultado quer do incumprimento da Lei de Finanças Locais, quer das erradas opções das maiorias PS e PSD.

Regista-se também neste período, o reforço do protagonismo da AMAL – Associação de Municípios do Algarve, estimulado quer pela política de sucessivos governos, quer pelas ambições locais de alguns dos protagonistas do PS e do PSD. No global, a sua intervenção tem-se pautado numa crescente tentativa de procurar usurpar a cada uma das autarquias competências que são suas, em vez de potenciar o associativismo municipal, como forma de articulação na gestão de meios e do território.

Está a decorrer, ainda que de forma limitada, um processo que poderá vir a permitir a reposição de freguesias que foram extintas e integradas noutras, sendo de destacar neste domínio a intervenção dos eleitos da CDU e das organizações locais do Partido como elemento decisivo para essa reposição.

O Algarve, seja do ponto de vista das infra-estruturas, dos equipamentos, das políticas de gestão urbanística e de solos, não aproveitou todas as possibilidades abertas pela conquista do Poder Local Democrático com a Revolução de Abril. Em contraste com esta realidade, destaca-se o papel dos **eleitos comunistas e de muitos outros democratas** que, no quadro da CDU têm uma intervenção comprometida com o interesse das populações.

As eleições de 2021, confirmaram no essencial as posições da CDU no poder local, pese embora uma ligeira redução. Destacam-se entre outros aspectos: a obtenção e renovação das maiorias na CM de Silves, nas juntas de freguesia de Messines, Silves e Santa Bárbara de Nexe, a eleição de vereadores nas câmaras municipais de Lagos e Vila Real de Santo António e a presença nas assembleias municipais de Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão, Lagoa, Loulé, São Brás de Alportel, Faro e Olhão, para além de Silves. O quase desaparecimento de eleitos do BE e PAN, a par do crescimento do número de eleitos do Chega, também marcam o cenário autárquico no actual mandato.

Destaca-se, no plano regional, a gestão da maioria CDU na Câmara Municipal de Silves, a única na região do Algarve nos últimos nove anos. Uma gestão marcada pela resolução dos problemas concretos das populações, na promoção da sua participação na vida do concelho, na defesa dos serviços públicos, na promoção dos direitos dos trabalhadores da CMS, na ligação e apoio às juntas de freguesia (incluindo no estímulo à luta pela desagregação das freguesias) e às colectividades, no saneamento financeiro da autarquia, na promoção do investimento público em todo o concelho, entre outros aspectos. Uma intervenção que tem recebido a renovada confiança das populações em sucessivos actos eleitorais e que se projecta com confiança para o futuro.

A realidade demonstra a necessidade e possibilidades para a afirmação do projecto autárquico da CDU, assente no **trabalho, honestidade e competência**, como elementos que o distinguem na resposta às necessidades das populações, na defesa dos direitos dos trabalhadores das autarquias, na defesa da participação e mobilização das populações em defesa dos seus direitos, na defesa dos serviços públicos e da água pública, na recusa pelos eleitos da CDU de privilégios e benefícios pessoais, afirmando este projecto autárquico como a única alternativa à gestão PS/PSD que dominou a região nas últimas décadas.

A concretização da regionalização, imperativo constitucional que, desde 1976, continua por cumprir é fundamental para o desenvolvimento do Algarve. Ao invés de cumprir este imperativo constitucional, os sucessivos governos envolvendo o PSD, CDS e PS, optaram pela desconcentração

administrativa, baseada nas cinco NUTT's que criaram, às quais foram atribuídas funções e territórios, como se de verdadeiras regiões administrativas se tratasse. A União Europeia aprova esta farsa aceitando as CCDR's como interlocutores na gestão dos fundos estruturais.

3. Luta, organizações e movimentos de massas

3.1.- A luta dos trabalhadores

Nestes 4 anos que separam as duas Assembleias da Organização Regional ficou provado o papel determinante da luta de massas na transformação social e para a construção da alternativa política capaz de responder aos graves problemas económicos e sociais resultantes de mais de quatro décadas de política de direita no nosso país.

O Movimento Sindical Unitário, os trabalhadores no quadro dos seus sindicatos de classe filiados na CGTP-IN e nas Comissões de Trabalhadores, estiveram na 1ª linha da resposta à brutal ofensiva desenvolvida quer a propósito dos impactos da pandemia, quer mais recentemente, a pretexto da guerra na Ucrânia.

Destacam-se, entre outras lutas neste período, as múltiplas acções desenvolvidas em diversos sectores e empresas, designadamente na hotelaria, comércio e grande distribuição, administração local, professores, enfermeiros, administração pública central, águas e resíduos, pescas, forças e serviços de segurança, transportes, trabalhadores da cultura, etc.

Inseparável da acção reivindicativa sectorial, registam-se ainda numerosas acções de convergência com expressão regional e nacional, envolvendo as semanas de luta promovidas pela CGTP-IN e diversas manifestações realizadas em Lisboa.

O 1º de Maio no Algarve continua a ser um grande momento de luta convergente dos trabalhadores algarvios, o Dia do Trabalhador e a manifestação pelas ruas de Faro, têm sido o destaque anual da luta organizada e reivindicativa dos trabalhadores algarvios. Regista-se a importância das comemorações do 1º de Maio em 2020 e 2021, em plena pandemia e perante uma violenta campanha que procurou impedir a luta e agravar a exploração.

As comemorações populares do 25 de Abril em Faro organizadas pela USAL e outras estruturas unitárias, assumiram também um importante papel de valorização e divulgação dos valores de Abril, e também têm sido palco de intervenção reivindicativa por melhores condições de trabalho e de vida.

A luta na região faz-se pelo aumento geral dos salários e do Salário Mínimo Nacional; pelo emprego com direitos; contra a precariedade; contra a desregulação e pela redução dos horários de trabalho, nomeadamente pelas 35 horas semanais; pela revogação das normas gravosas da legislação laboral; pela valorização da negociação colectiva, contra a caducidade dos contractos colectivos de trabalho e pela reintrodução do princípio de tratamento mais favorável ao trabalhador; pela defesa e valorização dos serviços públicos e funções sociais do estado; pelo descongelamento das carreiras na Administração Pública; contra a municipalização e privatização de serviços públicos; contra a repressão patronal a trabalhadores e representantes sindicais;

Das muitas lutas sectoriais e em locais de trabalho desenvolvidas na região, sendo que muitos problemas são transversais a vários sectores, salientam-se as lutas: nas autarquias pela aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, pelos 25 dias de férias e contra a privatização de serviços públicos; na hotelaria contra os baixos salários, a precariedade e a repressão patronal; no comércio e serviços pelo aumento dos salários, contra a desregulação de horários, os bancos de horas e por melhores condições de trabalho; no aeroporto de Faro contra os despedimentos; no sector das

águas e resíduos pela contractação colectiva (Algar; Águas do Algarve); no sector das telecomunicações contra os despedimentos forçados na Meo/Altice; no sector rodoviário de passageiros pelo aumento dos salários; na administração pública contra a falta de pessoal não docente nas escolas; dos professores em defesa da escola pública, e pelo acesso à contagem do tempo de serviço; dos trabalhadores da saúde pela aplicação integral das 35 horas para todos, pela valorização salarial e contratação de trabalhadores; nas IPSS e Misericórdias pelo aumento dos salários; nos correios contra a destruição da empresa; nas pescas com a luta dos mariscadores por melhores condições de trabalho e em defesa da Ria Formosa; entre muitas outras.

O Partido procurou acompanhar o MSU nas muitas lutas desenvolvidas na região participando e dinamizando a sua realização, apoiando com presença solidária e intervenções institucionais, valorizando as acções e vitórias alcançadas, acompanhando a intervenção dos comunistas nestas organizações.

3.2.- Papel e intervenção do Movimento Sindical Unitário

A acção desenvolvida pelo MSU na região continua assim confrontada com as dificuldades resultantes da grave situação económica e social da região, mas também com a acção do patronato que exerce velhas e novas formas de repressão e discriminação e que recusa ceder no plano dos direitos dos trabalhadores incluindo de organização sindical.

O MSU na região tem dirigido a sua luta, de acordo com as orientações da CGTP-IN, para que a prioridade seja, a partir dos locais de trabalho e empresas, avançar na defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos, e que se desenvolva toda uma linha de reforço da organização sindical, designadamente com o aumento da sindicalização e a eleição de mais delegados sindicais.

Outros importantes passos têm sido dados no sentido do reforço do MSU e suas estruturas e na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, com linhas de reforço e rejuvenescimento das direcções, na discussão e tomada de medidas de reorganização administrativa e financeiras – de que é exemplo a constituição da Casa Sindical de Faro e da Casa Sindical de Portimão - , no assumir de posições intransigentes de não cedência de direitos em negociações com o patronato, na defesa da contratação colectiva, na apresentação de cadernos reivindicativos, entre outros.

Apesar do esforço ainda são registadas insuficiências ao nível da actividade sindical em locais de trabalho prioritários na região, atrasos na intervenção sindical e conseqüente transformação de problemas em reivindicações e desenvolvimento de formas de luta, assim como insuficiência na ligação da apresentação de cadernos reivindicativos com envolvimento dos trabalhadores, na valorização das lutas e das vitórias alcançadas junto dos trabalhadores, na eleição de representantes para a saúde e segurança no trabalho.

A sindicalização efectuada entre 2018 e 2022 – cerca de 4000 no conjunto dos sindicatos afectos à CGTP-IN – que importa valorizar, não compensou as saídas por desemprego e emigração ou as aposentações. A precariedade, a repressão patronal, mas também insuficiências próprias, ditam a necessidade de focar o trabalho sindical nesta vertente. Simultaneamente impõe-se a necessidade de se avançar com a intervenção e fortalecimento urgente de organizações sindicais na região, designadamente nos sectores da cultura, da alimentação e trabalho agrícola ou das pescas.

A USAL realizou o seu 10º Congresso no mês de Outubro de 2022, onde a par da reafirmação das linhas de luta por melhores condições de vida e trabalho, traçou também orientações de reforço sindical para que este esteja mais preparado para dar mais força à luta dos trabalhadores e à defesa e

afirmação da sua natureza de classe e dos princípios de unidade, democracia, solidariedade, independência e de massas que definem a CGTP-IN e as suas estruturas sindicais.

3.3.- A luta e as organizações de mulheres

As discriminações e desigualdades no trabalho e na vida, o acesso a cuidados de saúde, as várias formas de violência, incluindo a violência doméstica, e a simultaneidade de desenvolvimento de concepções que visam a legalização da prostituição são realidades que dão força e actualidade à necessidade de se prosseguir a luta pela dignificação e defesa dos direitos das mulheres, sendo igualmente importante a mobilização convergente das mulheres com o conjunto dos trabalhadores pelo aumento dos salários e pelo trabalho com direitos.

No plano unitário destaca-se a intervenção do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) com os seus núcleos de Faro e Lagos, que têm tido uma intervenção que releva a importância do desenvolvimento da luta e da mobilização das mulheres para a plena emancipação e transformação da sua condição social e efectiva igualdade de direitos, destacando-se a realização da manifestação nacional de mulheres realizada em 2019, 2021 e 2022 e os espectáculos comemorativos do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher. promovidos em Faro D Dinamizaram-se ainda outras iniciativas - debates, exposições, seminários - em torno da eliminação da violência exercida sobre a mulher, dos direitos sexuais e reprodutivos, da saúde da mulher, mas também em acções de solidariedade internacionalista,. No recente Congresso do MDM – Outubro de 2022 – viram-se renovadas as possibilidades de uma intervenção mais alargada na região do Algarve.

3.4.- A luta e as organizações de reformados

O movimento associativo dos reformados, que no Algarve envolve várias associações – nomeadamente Silves, Faro ou VRSA - precisa de ser dinamizado a partir das aspirações próprias desta camada da população, seja no plano reivindicativo, seja no plano da promoção de actividades e do direito ao lazer e ao convívio. O aumento da esperança média de vida leva a que esta camada da população seja cada vez mais numerosa e tenderá a ganhar uma maior centralidade.

Este foi um sector em que mais se fizeram sentir os impactos da pandemia incluindo na actividade associativa dos reformados. As várias acções promovidas no Algarve pela Confederação MURPI pelo aumento das reformas e pensões e por melhores condições de vida para os reformados e idosos, merecem ser realçadas.

Inseparável da acção dos comunistas, a elevação do nível de intervenção das associações de reformados na defesa dos seus direitos e aspirações, a afirmação do MURPI e da Inter-reformados e a criação de associações de reformados onde elas não existem constituem uma necessidade à qual será necessário continuar a dar resposta.

3.5.- A luta e as organizações de juventude

A juventude, sendo uma camada da população heterogénea mobiliza-se em torno de objectivos e aspirações que lhes são próprias, expressa a sua intervenção também no plano das suas próprias estruturas e movimentos, sejam eles de carácter formal ou informal. O movimento associativo estudantil do ensino básico e secundário, depara-se também no Algarve com a tentativa de eliminação do carácter político e reivindicativo das associações, com ingerências por parte das direcções das escolas na vida das associações de estudantes ou em processos eleitorais. No Ensino Superior, nomeadamente na Associação Académica da UALG, assistimos à tentativa da sua instrumentalização no sentido do afastamento dos estudantes da discussão e da participação democrática e da necessária luta em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

O movimento associativo juvenil tem encontrado no plano nacional, espaços de convergência e unidade em torno da luta pela paz, na defesa dos valores ambientais, contra as discriminações, na defesa dos direitos da juventude e dos valores de Abril. As associações juvenis de base local – como as que existem em diversos concelhos e freguesias na região – não anulam uma realidade: a participação juvenil na vida associativa e na acção reivindicativa é mais vasta e determinante.

A relação da JCP e do PCP deve ser de cooperação e articulação no desenvolvimento do trabalho. A JCP é a organização de juventude do Partido, fundamental na ligação aos jovens e o seu principal instrumento para a elevação da consciência política e ideológica do movimento juvenil e assume um papel de extrema importância no recrutamento de novos militantes e na formação de quadros para o Partido. A organização do Partido deve desempenhar também a sua intervenção para o reforço da JCP, para a divulgação das posições do Partido e para o rejuvenescimento da sua base militante e de quadros.

3.6.- A luta e as organizações das pessoas com deficiência

O movimento associativo das pessoas com deficiência integra organizações de e para pessoas com deficiência. As primeiras são associações dirigidas, maioritariamente, por pessoas com deficiência, cuja acção visa a participação destas na defesa dos seus direitos. As segundas centram a sua acção na prestação de serviços de apoio às necessidades específicas destes cidadãos face à ausência de resposta pública. No seu conjunto constituem uma vasta rede que tem vindo a alargar o diálogo e a cooperação. Entre elas destacam-se diversas organizações com intervenção no Algarve: desde a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) à Associação de Deficientes Motores em Portimão, passando pela Associação de Saúde Mental do Algarve (ASMAL) ou a Associação Movimento Determinante, ligado aos utentes do Centro de Medicina e Reabilitação Física do Sul.

As pessoas com deficiência reclamam respostas às necessidades específicas das diversas deficiências (motoras; sensoriais; mentais e orgânicas), defendendo uma nova política que assuma um verdadeiro compromisso com o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, pugnando para que todas (independentemente da sua origem social, do seu nível de rendimento ou da zona de residência) tenham acesso a serviços públicos de qualidade capazes de lhes assegurar o direito à saúde, à educação, à segurança social, à formação profissional e ao emprego.

Cabendo às pessoas com deficiências e às suas organizações um papel fundamental na luta em defesa dos seus direitos, o PCP continuará ao seu lado, todos os dias, para que as suas justas aspirações se concretizem.

3.7.- Movimento Associativo Popular

O Movimento Associativo Popular (MAP), constituído por associações nos âmbitos da Cultura, Recreio, Desporto e Social desenvolve-se assimetricamente na região e em cada uma destas suas áreas de intervenção.

Apesar da dedicação de dirigentes, associados e activistas, o desenvolvimento do seu trabalho fica demasiadas vezes dependente dos meios que são disponibilizados. Ainda assim, o MAP continua a ter um extraordinário papel em torno da cultura, do desporto, da juventude, do património, da participação cívica. Também aqui, os impactos da pandemia atingiram a vida associativa de muitas colectividades que ainda não recuperaram totalmente desse impacto.

Nas autarquias, a situação é variada, com situações em que houve reforço do financiamento com Contratos-Programa, apoios pontuais ou outra forma de financiamento, enquanto que noutras situações se mantêm os constrangimentos, inclusive recuos assumidos em diversas formas de apoio.

Por outro, sendo as associações constituídas em grande medida por sócios e dirigentes que são trabalhadores por conta de outrem, cada alteração da sua situação laboral tem reflexos no funcionamento destas estruturas que assentam a sua actividade em dirigentes associativos voluntários.

No Algarve, também a Lei dos despejos e as obrigações fiscais colocadas ao movimento associativo afectaram muitas das colectividades da região que ficaram com a sua actividade em risco, registando-se vários casos de despejos das instalações.

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto tem vindo a procurar desenvolver a sua actividade na região, aprofundando um trabalho de apoio e reivindicação para a superação de dificuldades e para o reconhecimento do trabalho e papel do MAP.

3.8.- A luta e as organizações de agricultores

As associações e cooperativas de agricultores e de produtores na região são uma realidade que precisa de ser melhor conhecida e acompanhada por parte do Partido. Destacam-se as associações de produtores de diverso tipo – citrinos, mel, medronho, floresta, vinho, etc – cuja actividade tem estado fundamentalmente centrada na prestação de serviços aos seus associados, mas também, na denúncia de problemas com os quais se confronta a agricultura familiar.

No plano da luta deste sector, cujo nível de estruturação é muito baixo no Algarve, destaca-se também a tentativa de afirmação da CNA na região, com diversas acções de contacto e esclarecimento dos agricultores (ex: mostra da Laranja em Silves), ainda que não tenha sido ainda concretizada a criação de uma associação de carácter regional que articule o trabalho com esta confederação. Entre os diversos processos de luta, destacam-se as acções desenvolvidas pelos produtores de Silves pelo acesso à água, reclamando investimentos há muito reivindicados;

3.9.- A luta das populações em defesa dos serviços públicos

A situação dos serviços públicos é claramente marcada pelas consequências de décadas de política de direita. O actual Governo do PS, em vez de responder ao atendimento de proximidade, tem mantido o estrangulamento financeiro dos serviços públicos, promovendo a sua degradação e privatização levando ao justo descontentamento e luta das populações.

As populações, afectadas por estas medidas de extinção de serviços ou de transferência para distâncias que os tornam inacessíveis ou com custos de deslocação incomportáveis, têm vindo a reagir, com maior ou menor capacidade de organização e mobilização, convergindo na realização de acções reivindicativas e de protesto. São exemplo na região nestes quatro anos: diversas acções dos vários Movimentos de Utentes dos Serviços Públicos em Silves, Messines, Portimão, Loulé ou Faro, em defesa dos respectivos hospitais e contra o encerramento de serviços de saúde, contra o encerramento de estações dos CTT ou agências da CGD; destacam-se também as várias acções desenvolvidas contra as portagens na Via do Infante, pela requalificação da EN125, da EN124 ou do IC1; em Faro pela valorização da Linha do Algarve.

Com diferentes características são acções em que as populações participam com o seu genuíno descontentamento, demonstrando que a resistência às injustiças tem sempre possibilidade de crescer e de se organizar.

3.10.- A luta pela paz, pela liberdade e democracia

A luta pela paz tem vindo a ganhar força e expressão no Algarve com destaque para o papel do CPPC junto das escolas, em parceria com o MSU, UALG e os vários municípios e freguesias, bem como dos diversos debates, espectáculos ou exposições que foram sendo realizadas ao longo destes anos mobilizando centenas de pessoas em defesa da Paz e da solidariedade com os povos. No actual contexto de confrontação e guerra, têm particular significado as acções de rua, de luta pela Paz desenvolvidas já em 2022. A solidariedade internacionalista também tem vindo a ter expressão na região com destaque para as acções de solidariedade com a Palestina, com Cuba ou com o Sara Ocidental.

Destaca-se ainda as acções levadas a cabo pela URAP – União de Resistentes Anti-fascistas Portugueses, com a realização de debates, exposições, apresentações de livros, iniciativas de convívio e de valorização da luta e resistência anti-fascista, tal como a homenagem a diversos anti-fascistas algarvios.

3.11.- Batalhas e resultados eleitorais

No período que decorreu entre as duas Assembleias de Organização, o Partido foi chamado a responder às exigências colocadas por cinco batalhas eleitorais: eleições para o Parlamento Europeu em Maio de 2019; eleições legislativas em Outubro de 2019; eleições para a Presidência da República em Janeiro de 2021; eleições autárquicas em Outubro de 2021; eleições legislativas em Janeiro de 2022.

Nos resultados eleitorais são de destacar os seguintes aspectos:

- A eleição para o Parlamento Europeu que se saldaram na eleição de dois deputados do PCP para aquele órgão, tendo a CDU obtido no Algarve 7.469 votos, correspondendo a 7,29%, ou seja, uma percentagem acima da média obtida no plano nacional.
- As eleições para a Assembleia da República em 2019, nas quais a CDU não conseguiu eleger um deputado pela região (ficaram 5 para PS, 3 para PSD e 1 para o BE). Nestas eleições a CDU obteve 12.181 votos, correspondendo a 7,05% em termos regionais, um valor acima da média nacional (6,33%). As Eleições Legislativas antecipadas, realizadas em Janeiro de 2022, que na base de uma operação de chantagem e mistificação, deram a maioria absoluta ao PS. Nestas eleições a CDU também não conseguiu eleger um deputado pela região (5 PS, 3 PSD e 1 Chega) tendo obtido 9.379 votos com uma percentagem de 4,81% também acima da média nacional.
- As eleições para Presidente da República, ocorridas em Janeiro de 2021, ficam marcadas negativamente pela eleição do candidato Marcelo Rebelo de Sousa. O resultado obtido pela candidatura de João Ferreira na região - 4,24% – a única candidatura que interveio na campanha eleitoral afirmando de forma clara os interesses e direitos dos trabalhadores, a defesa da soberania nacional, o projecto inscrito na Constituição da República e os valores de Abril - tendo ficado aquém do valor do projecto que representa.
- Os resultados alcançados nas eleições autárquicas de Setembro de 2021, confirmaram a CDU, como a grande força de esquerda no poder local na região do Algarve. Com a eleição directa de 81 candidatos (6 vereadores, 24 eleitos nas assembleias municipais e 51 nas assembleias de freguesia), face a 103 em 2017. A CDU alcançou 16.500 votos (9%) face a 19.184 votos (10,62%) obtidos em 2017. A CDU reforçou ou manteve todas as situações de maioria que dispunha, quer nas juntas de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, Silves e São Bartolomeu de Messines, quer na Câmara Municipal de Silves onde obteve a maioria absoluta (a CDU não

obteve maioria na AM de Silves). Destaca-se a recuperação de um vereador na CM de Lagos. A não eleição de vereadores da CDU, designadamente nos concelhos de Faro, Olhão ou Portimão onde tal constituía um objectivo assumido (até porque tal representaria a recuperação de posições perdidas em 2017), não apaga o amplo reconhecimento que se verificou sobre o papel da CDU ao longo de toda a campanha eleitoral. As restantes forças políticas com influência autárquica na região, mantiveram no essencial as suas posições, com o PS a sair reforçado alcançando a presidência de 12 municípios e o PSD a perder a presidência das CM de VRSA e de Monchique ficando com 3.

Inseridas na acção mais geral do Partido, estas batalhas eleitorais, com as suas especificidades e características, constituíram-se como grandes campanhas de massas, de contacto, esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e das populações para o voto na CDU que. Batalhas eleitorais onde, para além dos comunistas, participaram também largas centenas de democratas e patriotas que, no quadro da CDU, convergem com o PCP na luta por um Portugal com futuro.

4. O Partido

4.1. Trabalho de direcção e quadros

A **DORAL que agora cessa funções cumpriu no essencial as tarefas para que foi eleita**, funcionando com regularidade, definindo os objectivos para o trabalho do Partido na região no quadro das orientações dos XX e XXI Congressos, bem como, das resoluções do Comité Central. Conta, com actualmente com 45 membros, dos quais 42 foram eleitos na 9ª Assembleia de Organização Regional, 4 foram cooptados durante o mandato e registou-se uma demissão.

A DORAL cessante, para o cumprimento das suas responsabilidades, elegeu o seu Executivo e Secretariado, organismos executivos que no âmbito das suas atribuições fizeram o acompanhamento às organizações concelhias e frentes de trabalho, à iniciativa política e dinamização da luta, à gestão dos fundos, património, quadros e propaganda, não sem dificuldades e lacunas que é necessário vencer mas com uma resposta que esteve à altura das responsabilidades que lhes estão atribuídas.

O papel do Secretariado da DORAL tem sido de grande importância na definição, planificação e acompanhamento do trabalho político diário do Partido na região, bem como no acompanhamento e gestão dos quadros e da situação financeira do Partido.

Tem vindo a ser feito um esforço para que o Executivo da DORAL assuma efectivamente a definição, planificação e controlo de execução do trabalho do Partido na região. Não foi no entanto possível a regularidade de trabalho do Executivo da DORAL que se impunha.

Apesar das dificuldades e insuficiências do trabalho do Partido, o período entre as Assembleias traduziu-se numa intervenção decidida a alargar a **influência e intervenção do Partido na região**, inseparável da responsabilização de novos quadros, do recrutamento e da integração de novos membros do Partido, da ligação às massas, da articulação e integração do trabalho político institucional com a acção geral do Partido, e do conhecimento e intervenção sobre os problemas específicos da região.

Neste período, várias organizações concelhias – Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Loulé, Albufeira, Faro, Olhão, Tavira – realizaram assembleias de organização que, no essencial, se traduziram na responsabilização de mais quadros, no rejuvenescimento de organismos e no alargamento da capacidade de resposta.

O **reforço da organização e da intervenção do Partido** passa pela responsabilização de mais camaradas por tarefas regulares, pelo recrutamento, pelo aumento da estruturação da organização do Partido com a criação e funcionamento de mais organismos de base, pelo reforço da intervenção e organização do Partido nas empresas e nos locais de trabalho.

Mantém-se como característica menos positiva do trabalho do Partido na região o baixo nível de estruturação do Partido, com um número insuficiente de organismos e que limita a capacidade de envolver mais camaradas na vida do Partido. Os funcionários do Partido, constituindo um importante e decisivo elemento do trabalho do Partido, não podem e não devem substituir-se ao funcionamento das respectivas organizações, nem por si só conseguem dar resposta às diferentes tarefas do Partido. É necessário responsabilizar mais camaradas com tarefas de acompanhamento a organizações e sectores do Partido

A luta ideológica desenvolve-se hoje num quadro muito complexo e exige uma compreensão e preparação maior, articulada com a acção geral do Partido. São de destacar, neste âmbito, a realização de vários cursos ao nível concelhio e regional, as acções em torno do centenário do Partido e a participação em cursos centrais promovidos pela Comissão de Cursos (central).

Importa sublinhar que neste período o Partido foi posto à prova. Intensificou-se a acção anti-democrática, com forte pendor anti-comunista e que procurou condicionar a acção e intervenção das organizações do Partido; enfrentaram-se diversas operações contra o Partido, particularmente, durante o período da pandemia e, mais recentemente, no quadro da guerra na Ucrânia. Importa sublinhar que, apesar de toda a ofensiva contra o Partido, este soube estar à altura das suas responsabilidades, dando uma notável resposta, assegurando o seu funcionamento e prosseguindo a sua luta e intervenção.

No quadro dos **Centros de Trabalho** do Partido na região destacam-se as seguintes questões: asseguraram-se obras de requalificação do CT de Faro, sede da DORAL; deram-se passos para a uma nova solução para o CT de Quarteira (edifício municipal) que está em andamento. Verifica-se ainda a existência de CT do PCP em Aljezur, Odeceixe, Lagos, Portimão, Monchique, Silves, Messines, Albufeira, Olhão, Santa Bárbara de Nêxe e VRSA.

4.2. Breve balanço da actividade

No período entre Assembleias, com acompanhamento da DORAL, registou-se uma intensa e diversificada actividade do Partido no Algarve, dos seus militantes e organizações e que no essencial respondeu às orientações definidas pelos XX e XXI Congressos e pelo Comité Central do PCP.

Neste período, as organizações do Partido, embora com diferenças, desenvolveram a sua actividade e ligaram-na no essencial às preocupações, problemas e aspirações dos trabalhadores e populações do Algarve. São de destacar as seguintes:

- A dinamização do conjunto de campanhas nacionais lançadas pelo Partido e que tiveram expressão no Algarve por via da distribuição de propaganda e da realização de sessões públicas, encontros, debates, tribunas, visitas e vários comícios, que se centraram na divulgação dos avanços alcançados pela iniciativa do PCP, na denúncia das opções do PS, na denúncia sobre as medidas para combater a pandemia e contra o seu aproveitamento, na luta contra o aumento do custo de vida, na luta pela Paz, na exigência de uma política alternativa para o País;
- As comemorações do aniversário do Partido, da Revolução de Abril e da Revolução de Outubro, que se desenvolveram em praticamente todos os concelhos da região.

- A realização de iniciativas e acções de carácter regional focadas em problemas concretos e das quais se destacam seguintes: contra as portagens na Via do Infante; pelo direito ao transporte público e a habitação; em defesa dos serviços públicos, designadamente do SNS e da Escola Pública; na defesa dos artistas e profissionais da cultura; em defesa dos sectores produtivos – pescas, agricultura, etc. – e, em particular, da Ria Formosa e da actividade portuária regional; em torno dos impactos dos fogos florestais e da seca; na exigência de mais investimento público para a região; pela reposição de freguesias;
- A intensa e regular acção institucional por via dos eleitos na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e nas autarquias locais;
- A intervenção nas diferentes batalhas eleitorais: Parlamento Europeu em Maio de 2019; legislativas em Outubro de 2019; Presidenciais em Janeiro de 2021; Autárquicas em Setembro de 2021; Legislativas em Janeiro de 2022;
- As comemorações do centenário do Partido, com destaque para a realização de 6 actos públicos a 6 de Março de 2021, as várias exposições e debates realizados e a participação no Comício do Campo Pequeno em Março de 2022;
- A realização de iniciativas de valorização da resistência anti-fascista e de afirmação dos valores de Abril;
- O debate preparatório do XXI Congresso do PCP e da Conferência Nacional “Tomar a iniciativa. Reforçar o Partido. Responder às novas exigências” com o envolvimento de uma grande parte da organização;
- A dinamização e participação em largas dezenas de acções de massas que se desenvolveram neste período;
- A divulgação, construção, mobilização e funcionamento das várias edições da Festa do Avante!;
- Nas comemorações do Centenário de José Saramago, com um conjunto de iniciativas, designadamente em torno da obra “Viagem a Portugal”;
- A actividade regular de muitas organizações concelhias com a realização de convívios, tomadas de posição públicas, debates, visitas e outras iniciativas;
- A promoção e consolidação dos “Comícios de Verão” promovidos na região envolvendo em cada ano mais de 12 iniciativas;
- A dinamização da discussão em torno das grandes questões políticas e ideológicas da actualidade como a crise do capitalismo e a actualidade do socialismo, a situação internacional, o programa do Partido, as questões do trabalho, da saúde, da educação, da cultura, da segurança social e da justiça.

4.3. Organização e quadro partidário

O **número de membros do Partido no Algarve**, em meados de Novembro de 2022, é de 1351. Um número superior ao que foi registado na 9ª Assembleia de Organização Regional (1334) e que resulta de recrutamentos e transferências que foram realizadas. Trata-se de uma organização com uma média etária elevada, onde 645 camaradas (47,7%) têm mais de 65 anos e cuja composição social revela a seguinte distribuição: 23,3% operários; 45,4% empregados; 7,1% micro e pequenos empresários; 14,4% intelectuais e quadros técnicos; 1,9% estudantes; 1% agricultores; 6,9% outras situações.

Desde o início de 2019 realizaram-se 117 recrutamentos, número inferior aos recrutamentos realizados entre a 8ª a 9ª Assembleias, mas que continua a revelar as muitas possibilidades de alargamento do Partido. No corrente ano já foram recrutados 36 camaradas, mais do que em anos anteriores. Importa sublinhar que uma parte significativa dos camaradas recrutados se encontra inserida na actividade e organização partidária.

No plano da **estrutura partidária**, existem actualmente 63 organismos do Partido, envolvendo 261 militantes, o que representa um baixo nível de estruturação partidária e que assenta essencialmente nas suas 13 comissões concelhias e 8 comissões de freguesia na região.

Como **empresas e locais de trabalho prioritários** para a intervenção do Partido destacam-se, entre outras, os seguintes: Aeroporto de Faro; hospitais de Faro, Portimão e Lagos; câmaras e principais empresas municipais; EVA – transportes; IKEA/Marshoping; zona comercial da Guia, e grandes centros comerciais; Grupo Tivoli; casinos do grupo Solverde; CIMPOR e empresas de conservas localizadas em Olhão; Universidade do Algarve; IPSS, Mesericórdias e outros serviços de maior dimensão. Para além do acompanhamento prioritário a estes locais de trabalho por parte de cada uma das organizações concelhias e dos próprios organismos executivos da DORAL, avançou-se com responsabilização de 5 camaradas e com a criação de outras tantas células cujo funcionamento não está consolidado: Hotelaria de Albufeira; Algar; CM de Lagos; CM de Silves. Não foi possível assegurar o funcionamento de um organismo regional para a coordenação e acompanhamento desta frente.

Proseguiu-se o acompanhamento dos membros do Partido com intervenção no Movimento Sindical Unitário com o funcionamento de 7 organismos de acompanhamento dos vários sindicatos.

No período entre Assembleias aprofundou-se o trabalho de organização dos membros do Partido que são **reformados**, com a consolidação do trabalho realizado em Faro. Não se consolidaram os passos que precisavam de ter sido dados para o desenvolvimento das células de reformados nos concelhos de Vila Real de Santo António, Olhão e Silves que estão identificados como prioridade.

Por razões já sumariamente referenciadas, o número de **organizações de base** na Organização Regional do Algarve é muito reduzido, fixando-se em cerca de 20. Entretanto, as tarefas desenvolvidas, designadamente no âmbito das eleições autárquicas revelam imensas potencialidades para desenvolver a organização do Partido na base, alargando a capacidade de intervenção, o recrutamento e a inserção de camaradas na vida do Partido.

Neste período registaram-se alguns progressos no plano da responsabilização de quadros por diversas tarefas, sendo que muitos deles integram hoje os vários organismos, incluindo a Direcção Regional e assumem tarefas muito diversas, incluindo de acompanhamento de organizações do Partido.

A imprensa do Partido – com o Avante! e O Militante – assume um papel fundamental na formação política e ideológica, no acompanhamento da realidade do país, do mundo e da iniciativa partidária, na afirmação da alternativa política e do projecto e ideal comunistas. O número de jornais Avante! vendidos na região está fixado em cerca de 260 por semana, com experiências diversas de venda em mercados, locais de trabalho e outros locais, assim como, de venda das edições especiais do Avante! em que, por diversas vezes, se duplicou o número de jornais vendidos junto das populações. Vendem-se actualmente cerca de 120 revistas “O Militante”.

O trabalho junto da **juventude** e o apoio ao desenvolvimento das tarefas da **JCP** é uma tarefa de todo o Partido. No Algarve, com uma importante composição de social de jovens e grandes potencialidades, continuam a manifestar-se dificuldades no desenvolvimento desta frente de trabalho que importa corrigir. No plano do Partido, com a responsabilização de quadros mais jovens e uma iniciativa política que vá ao encontro das expectativas e aspirações da juventude; no plano da JCP,

apoiando o desenvolvimento do trabalho desta organização no quadro da sua autonomia e da orientação geral do Partido.

4.4. Iniciativa política, acção partidária e ligação às massas

Neste período, o Partido desenvolveu a sua **acção política e procurou aprofundar a sua ligação às massas e consolidar a sua influência**. Entre outros aspectos contribuíram para tal:

- A intervenção suscitada pela degradação da situação económica e social e a necessidade de levar tão longe quanto possível o esclarecimento sobre os problemas, os seus responsáveis e as propostas do Partido. Uma acção de afirmação da política alternativa patriótica e de esquerda. Uma intervenção que colocou a necessidade de o Partido conhecer mais e melhor os problemas dos trabalhadores, envolver-se na dinamização de movimentações de massas reforçando o seu prestígio e influência;
- As exigências colocadas pelas últimas eleições autárquicas – com mais de 1300 candidatos na região, muitos deles sem filiação partidária, o trabalho de alargamento das listas, o estilo de campanha realizado e os resultados obtidos;
- A articulação entre a **intervenção institucional** e a acção geral do Partido expressa nas dezenas de visitas de deputados do Grupo Parlamentar do PCP na AR (mesmo sem eleito pelo Algarve) e pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, o que permite uma estreita ligação aos problemas da região e uma qualificada intervenção política que tem vindo a ser progressivamente reconhecida, assim como toda a acção dos eleitos da CDU no poder local;
- A crescente atenção das organizações do Partido ao meio em que estão inseridas e alguns passos dados, que precisam de ser ainda maiores, na assumpção por parte de cada organização da necessidade de ligar ainda mais o Partido – na sua acção, na discussão e composição dos organismos e nas prioridades – às massas e à vida.

4.5. Informação e Propaganda

A propaganda do Partido assume um papel importante na difusão da mensagem do Partido, como meio de contacto com os trabalhadores e a população, como instrumento da difícil luta ideológica.

As condições criadas na Direcção Regional do Algarve no plano da propaganda permitem uma resposta rápida na denúncia de problemas e tomada de posições em todos os concelhos, com uma boa divulgação das posições do Partido sobre questões locais.

As tarefas de informação e propaganda mantiveram-se no essencial a um bom nível no plano da região, com a maioria das organizações do Partido a assumirem um contacto regular com os trabalhadores e as populações, com a presença de rua do Partido e com a informação junto dos órgãos de comunicação social regionais.

Importa sublinhar a necessidade de dar continuidade e melhorar as tarefas relacionadas com: propaganda visual com a presença regular de rua por via de MUIPIs, *outdoors* e outro tipo de cartazes seja com propaganda nacional, seja com questões de natureza local ou regional; a propaganda escrita com o desenvolvimento das campanhas nacionais, com a saída de boletins e comunicados concelhios, de freguesia, de sector ou de célula, bem como com comunicados sobre os mais diversos temas e de resposta ou proposta a questões de âmbito regional e local, e de mobilização dos trabalhadores e do povo para as lutas desenvolvidas; as acções de agitação, com a realização regular de iniciativas de rua, como as tribunas públicas, desfiles e outras acções; os “comícios de verão” que preenchem a actividade do Partido entre os meses de Julho e Setembro, enquadrando a própria preparação da Festa

do Avante!; a propaganda sonora com a utilização eficaz de carros de som em função dos objectivos; o desenvolvimento dos meios electrónicos, seja do sítio do Partido na internet, seja da utilização do correio electrónico para a divulgação de iniciativas e propostas, seja das redes sociais; o contacto regular com os órgãos de comunicação social regionais lutando contra o silenciamento e intensificando a saída de notas e posições políticas.

Torna-se ainda importante realizar reuniões regionais para a Informação e Propaganda como forma de trocar experiências, simplificar processos, adquirir e gerir material e estimular o envolvimento das organizações.

4.6. Meios financeiros e património

A situação financeira do Partido no Algarve, apesar de estabilizada, ainda não corresponde ao que é necessário e possível para assegurar a sua autonomia e capacitar a Organização Regional de mais meios para aumentar a sua intervenção política.

Sendo que esta é uma discussão presente nas organizações, verificam-se dificuldades em implementar as orientações e linhas de trabalho existentes. Uma das dificuldades sentidas é o aumento do número de camaradas que pagam quotas, os balanços anuais indicam que se continua com cerca de 35% de militantes a pagar quotas regularmente.

As Organizações Concelhias têm conseguido cumprir com as transferências mensais para a Caixa Regional, apesar de se verificarem algumas dificuldades e atrasos.

As contribuições dos eleitos, relacionadas com os resultados autárquicos, têm sido uma importante receita para as organizações, que importa não descurar e manter com os eleitos o cumprimento do princípio de não serem beneficiados ou prejudicados. Também segundo este princípio, tem-se verificado na indicação para as mesas de voto, um maior cuidado e selecção de camaradas e amigos que cumpram com a devolução do valor da senha de presença.

A realização de iniciativas e dinamização dos Centros de Trabalho são uma importante fonte de receita, havendo a necessidade de continuar a desenvolver esta orientação seja com actividades regulares ou pontuais.

As campanhas de fundos têm sido regulares e com resultados desiguais. A campanha de fundos “O futuro tem Partido” associada ao centenário foi um grande êxito na região cumprindo as metas traçadas. Registam-se ainda, para além das campanhas “Um dia de Salário para o Partido”, as campanhas de fundos de Verão promovidas pela DORAL.

Tem sido uma preocupação da Direcção Regional o regular acompanhamento das questões de fundos, com a realização de reuniões regionais, a prestação de informação e apoio ao desenvolvimento da tarefa. Valorizando esta importante tarefa do Partido é preciso continuar a tomar medidas de reforço financeiro do Partido, continuando a discussão nas organizações, agilizando informação e documentos e sobretudo responsabilizando mais camaradas.

Em questões de património são de salientar o acompanhamento permanente do estado de conservação e funcionamento dos Centros de Trabalho do Partido e de outro património do Partido.

4.7. Festa do Avante!

A Festa do Avante!, principal realização político-cultural do Portugal de Abril, expressão concreta do Partido que somos, é concebida e construída para receber os comunistas, os seus amigos e aliados e ainda todos os milhares de visitantes que, têm nesses dias uma oportunidade de conhecer o Partido, as suas propostas e constatar a sua capacidade de realização em paralelo com a participação na diversidade de espectáculos, exposições e da oferta cultural proveniente das várias regiões do país e do mundo, neste caso, trazida pelas delegações estrangeiras que se fazem representar com pavilhões no Espaço Internacional.

O Pavilhão do Algarve, que desde a ampliação da Festa à Quinta do Cabo tem vindo a localizar-se nesse novo terreno, pretendeu também acompanhar estas melhorias, constatando-se anualmente avanços no funcionamento (com o empenho da organização e com áreas de serviço mais eficientes) e no acolhimento dos visitantes (com uma mais equilibrada distribuição dos espaços que é também favorecida pela ampliação da zona de esplanada e sombra). Contribuem também decisivamente os esforços desenvolvidos nas soluções decorativas, exposição política e animação do próprio espaço.

A necessidade de, a cada ano, se antecipar nas organizações as várias tarefas relacionadas com a divulgação, construção, mobilização e funcionamento da Festa, assumem uma maior centralidade como forma de combater o silenciamento do Partido e da Festa e da sua actividade na comunicação social. As exigentes tarefas que as organizações têm que dar resposta (intervenção e reforço do partido, actividade política, processos eleitorais...), devem ser articuladas com a preparação da Festa, potenciando a venda militante e antecipada da EP, a organização de excursões (onde se tem evoluído de forma significativa), o envolvimento de mais camaradas e amigos na sua construção e funcionamento. O desenvolvimento de acções de divulgação, promovendo a Festa e o seu vasto programa, em particular durante o Verão, com a distribuição do Jornal dos Artistas, a realização de bancas de rua e outras acções, tais como a promoção da vertente desportiva da Festa, é uma forma de envolver amigos e fazê-la chegar a novos públicos.

4.8. Principais tarefas e objectivos orgânicos a desenvolver

Na situação actual, **a luta pela ruptura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda**, constitui o objectivo central da acção dos comunistas que se interliga com as diferentes tarefas imediatas e com os objectivos programáticos do Partido de construção de uma democracia avançada, do socialismo e do comunismo.

Neste quadro, terá particular importância o desenvolvimento de uma acção integrada que envolva:

- **O reforço orgânico do Partido**, na sua estrutura, no recrutamento, formação e responsabilização de quadros, na recolha de fundos, nas tarefas de informação e propaganda, na elevação da militância partidária, na prioridade dada à sua intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores, na dinamização das organizações locais.
- **A intensificação da luta de massas**, o reforço das organizações e movimentos de massas em particular do Movimento Sindical Unitário. Luta que deverá ter em conta os problemas e a ofensiva contra os trabalhadores e a necessária acção reivindicativa, bem como, os problemas que estão colocados aos serviços públicos, à defesa do aparelho produtivo, às questões da mobilidade, transportes e portagens, habitação, à defesa da cultura e do meio ambiente, à luta pela paz;
- O desenvolvimento do **trabalho político unitário** com o estímulo e apoio à intervenção organizada dos membros do Partido no quadro das diferentes organizações de massas

trabalhando para o seu reforço; o desenvolvimento dos contactos com os muitos homens e mulheres que têm feito parte das listas ou são apoiantes da CDU; a diversificação de contactos e o acompanhamento a muitos democratas e patriotas procurando convergir em defesa da ruptura com a política de direita; a dinamização das comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril que terão lugar nos próximos anos;

- **O desenvolvimento da iniciativa política do Partido** em diferentes planos onde são de salientar: as acções em torno dos problemas concretos sentidos pelas populações, com destaque para as questões suscitadas pela Conferência Nacional do Partido – salários, reformas e pensões; direitos das crianças, dos pais e da juventude; serviços públicos, saúde, educação, transportes, cultura, habitação; defesa do ambiente e do acesso à água; luta pela paz; defesa da Constituição da República; comemorações do aniversário do Partido; a realização das várias edições da Festa do Avante!; a programação regular de visitas, encontros e contactos envolvendo a presença do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu e dirigentes do Partido; a tomada de posições públicas sobre problemas concretos por parte do Partido; a acção dos eleitos locais da CDU em defesa dos interesses das populações, ouvindo as populações, prestando contas e afirmando as nossas propostas; a realização de sessões, debates, tribunas públicas, comícios e outras iniciativas de afirmação das propostas e do projecto dos comunistas;
- **O aumento da intervenção política junto dos trabalhadores e das populações**, conhecendo e intervindo de forma cada vez mais profunda sobre a realidade das freguesias, dos concelhos, dos sectores, dos locais de trabalho e dos serviços públicos da região.
- A participação e mobilização dos trabalhadores e das populações para o voto na CDU nas próximas **eleições para o Parlamento Europeu, eleições para a Presidência da República, Eleições Autárquicas e Eleições Legislativas**, construindo uma campanha eleitoral de massas e identificando o voto na CDU como a forma mais firme de fazer avançar os direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo, e abrir caminho a uma política patriótica e de esquerda para o país identificada com os valores de Abril.

Principais objectivos orgânicos:

Recrutamento, responsabilização e formação de quadros:

- Continuar a dinamizar a campanha de recrutamento para o Partido, intensificando o trabalho dirigido com o objectivo de recrutar 200 novos membros do Partido até à próxima Assembleia de Organização Regional.
- Intensificar as medidas de responsabilização de quadros a todos os níveis da organização partidária tendo como objectivo a **responsabilização de 50 camaradas**.

Estruturação, organização e direcção:

- A continuação da realização de Assembleias de Organização de base, dando continuidade aquelas que se realizaram no âmbito da **X Assembleia de Organização Regional**;
- O prosseguimento das tarefas de estruturação partidária, com prioridade para o funcionamento das actuais e a criação de **células e de organismos voltados para as empresas e locais de trabalho** assumindo as seguintes prioridades: Aeroporto de Faro; câmaras e principais empresas municipais; sector da hotelaria; grandes superfícies no sector do comércio; Mar

Shopping; hospitais de Faro, Lagos e Portimão; escolas e Universidade do Algarve; sector das pescas; EVA transportes; CP; PT em Faro;

- A consolidação e desenvolvimento do organismo regional de coordenação e acompanhamento do trabalho dirigido para as principais empresas e locais de trabalho da região;
- A intensificação da estruturação e organização do Partido junto dos **reformados**, consolidando as organizações e experiências já existentes – Faro – e avançando noutros concelhos com medidas que envolvam a criação de células de reformados com vista a uma maior intervenção política junto desta camada social.

Recolha de fundos, equilíbrio financeiro e património do Partido:

- O **aumento da recolha financeira** por via: da elevação do número de membros do Partido a pagar a sua quotização, da recuperação de quotizações em atraso e da elevação do valor pago por cada militante, do aumento do número de camaradas que paga as quotas por débito directo; das iniciativas de recolha de fundos e da própria Festa do Avante!, tendo como prioridade o alargamento do número de EP's vendidas e o desenvolvimento das campanhas de fundos da contribuição dos eleitos nas autarquias locais e dos membros do Partido indicados para as mesas de voto. Igualmente importante é uma política de gestão correcta do património do Partido e de redução de despesas de modo a canalizar recursos para a iniciativa política;
- A manutenção, valorização, rentabilização e dinamização dos **Centros de Trabalho do PCP no Algarve** a par do acompanhamento das questões suscitadas pelas alterações na legislação das rendas procurando soluções comportáveis com as possibilidades financeiras do Partido.

Formação ideológica, propaganda e imprensa do Partido:

- Desenvolver iniciativas que aprofundem a **formação ideológica** dos membros do Partido nomeadamente em torno das múltiplas questões relacionadas com o 50º Aniversário da Revolução de Abril; o Programa e Estatutos do Partido; a história do Partido; a ofensiva ideológica e a situação internacional; as classes e luta de classes; etc. Privilegiar os cursos na Escola do Partido e articular no plano regional cursos/acções de formação agrupando concelhos em três áreas: Barlavento (Vila do Bispo, Aljezur, Lagos, Portimão, Monchique, Silves e Lagoa); Central (Faro, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel e Olhão); Sotavento (Baixo Guadiana e Tavira);
- Manter e desenvolver linhas de **propaganda e agitação do Partido** em formatos muito diversos; manter e desenvolver o sítio da DORAL na Internet e a presença e intervenção nas redes sociais;
- Avaliar o conjunto de meios de propaganda existente na organização – estruturas mupi, aparelhagens de som, meios informáticos, etc – e inventariar necessidades visando algumas aquisições/reparações;
- O reforço do papel da **imprensa partidária** – jornal Avante! e a revista “O Militante” – tendo como objectivo, designadamente, ultrapassar os 300 jornais Avante! semanais vendidos por via orgânica, objectivo a concretizar no âmbito das decisões da Conferência Nacional . Prosseguir e desenvolver ainda, com experiências diversas, as vendas mensais em locais públicos, assim como as acções de vendas extraordinárias do Avante!

Questões diversas:

- Medidas de apoio ao desenvolvimento da intervenção do Partido junto da juventude, designadamente com medidas de **apoio à JCP**;
- O **acompanhamento do conjunto dos eleitos nas autarquias locais** – mais de 90 mandatos – criando as condições para o funcionamento dos organismos que assumem esta tarefa e articulando esta tarefa com a intervenção mais geral do Partido na região e no país.
- Medidas que reforcem a **intervenção do Partido junto de camadas intermédias** como os pequenos e médios empresários, designadamente por via da redinamização de colectivos concelhios e de um organismo regional, bem como junto dos intelectuais e sectores ligados à cultura, articulando a intervenção do Partido com o trabalho unitário.

5. Aos trabalhadores e populações do Algarve

A X Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP expressa aos trabalhadores e às populações da região, aos que mais sofrem com a política de direita, o seu firme compromisso de defesa dos seus interesses e direitos.

Afirmamos que é possível uma outra política, que o Algarve não tem de estar condenado à exploração dos seus trabalhadores e das suas imensas riquezas pelos grupos económicos e financeiros, à precariedade, ao desemprego e baixos salários, à falta de resposta dos serviços públicos, à destruição das condições de vida de milhares de Algarvios, à recessão e definhamento económicos.

Realizamos a nossa Assembleia Regional com a força, a determinação e a confiança de que vale a pena lutar. De que é nos trabalhadores, no povo e na sua luta que reside a força transformadora da sociedade e que, a seu lado, continuarão a ter o PCP, Partido cuja natureza de classe, ideologia, objectivos, funcionamento e ligação às massas é inseparável da sua identidade comunista.

Ligar ainda mais o Partido à realidade, estruturar e organizar melhor o Partido, são objectivos fundamentais que a 10ª AORAL propõe à organização, como condição para uma intervenção transformadora da realidade.